

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

COLONIZAÇÃO ITALIANA NO VALE  
DO ITAJAÍ-MIRIM

DISSERTAÇÃO

Submetida à Universidade Federal de Santa Catarina  
para obtenção do grau de MESTRE EM CIÊNCIAS, espe  
cialidade História, por

ROSELYS IZABEL CORRÊA DOS SANTOS

FLORIANÓPOLIS  
SANTA CATARINA - BRASIL

JUNHO - 1979

COLONIZAÇÃO ITALIANA NO VALE  
DO ITAJAÍ-MIRIM

Esta dissertação foi julgada aprovada em sua forma original pelo Orientador e pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em História.

*Paulo Fernando de Araújo Lago*

Prof. Dr. Paulo Fernando de Araújo Lago  
Orientador,

*Walter Fernando Piazza*

Prof. Dr. Walter Fernando Piazza  
Coordenador

BANCA EXAMINADORA:

*Paulo Fernando de Araújo Lago*

Prof. Dr. Paulo Fernando de Araújo Lago

*Walter Fernando Piazza*

Prof. Dr. Walter Fernando Piazza

*Marly A.F.B. Mira*

Prof.<sup>a</sup> Dra. Marly Ana Fortes Bustamante Mira

A meu esposo ROGÉRIO e a  
meus filhos ROBERTA,  
ROGÉRIO e  
DIOGO, pelo  
muito de amor e compreensão.

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Santa Catarina, pela oportunidade;

Ao Professor Orientador, Dr. Paulo Fernando de Araujo Lago, pelo apoio e proeficiência de legados na execução do trabalho;

Aos Professores do Departamento de História, pelo estímulo constante;

Ao Coordenador do Curso de Pós-Graduação em História, Professor Dr. Walter Fernando Piazza, pela atenção e solicitude demonstradas;

Ao Sr. Ayres Gevaerd, Presidente da Sociedade Amigos de Brusque, pelos esclarecimentos valiosos que enriqueceram a pesquisa;

À Biblioteconomista Edna Lúcia Silva, pela orientação nas referências bibliográficas;

Ao Senhor Diretor e funcionários do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, pela colaboração constante;

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização do presente trabalho.

R E S U M O

O presente trabalho versa sobre a colonização italiana no vale do Itajaí-Mirim, particularmente do Município de Botuverá, antigo distrito de Porto Franco.

Enfocou-se com o estudo o aspecto histórico e geográfico da Colônia Brusque, pelo fato de na mesma terem sido criados dois núcleos de colonização italiana: o de Nova Trento, no vale do rio Tijucas, e o de Porto Franco, no médio vale do Itajaí-Mirim, sendo que sobre este último deteve-se a presente pesquisa.

A entrada dos contingentes italianos na referida Colônia iniciou-se em 1875, por força do Contrato Caetano Pinto. Contava a Colônia, então, com quinze anos e a maioria de seus componentes eram de origem germânica.

Efetuuou-se uma análise das principais cláusulas do Contrato, que pela sua falha execução acarretaram grandes problemas, tanto para o Império Brasileiro e para a Província de Santa Catarina, como para os imigrantes. A forma como os mesmos deram entrada na Colônia desequilibrou sensivelmente a administração colonial que se viu impossibilitada de resolver, a curto prazo, os problemas originados com a chegada dos novos colonos. As dificuldades surgidas eram várias e, conseqüentemente, idéias pre

conceituosas recaíram sobre esta colonização. Foram os colonos mal localizados, em área geograficamente adversa e que dificultou sensivelmente seu progresso econômico. Ainda decorrente do preconceito, outras potencialidades do imigrante foram subestimadas.

Os resultados desta colonização foram ainda en focados dentro dos aspectos sócio-econômico e cultural em geral, objetivando-se dimensionar realmente as causas prin cipais que entravaram o desenvolvimento da área em ques tão e que persistem, em parte, até a atualidade.

## A B S T R A C T

This work is about the italian colonization of the Itajaí-Mirim valley, particularly in Botuverá, former district of Porto Franco.

This study was based in the historic and geographic aspects of the Brusque Colony, where two nuclei of italian colonization were created: Nova Trento, in the river Tijucas valley and Porto Franco, in the medium valley of Itajaí-Mirim, the latter is the focus of this study.

The first italians, contracted by Caetano Pinto, begin to arrive in this colony in 1875. At this point, the colony was fifteen-years old and its components were mostly of german origin.

An analysis of the principal articles of the Contract, shows that its defects brought as many problems to the Brazilian Empire and to Province of Santa Catarina as it did to the emigrants.

The way the emigrants were settled, created disturbances in the colonial administration and these problems were difficult to resolve on the short term, because the problems increased with the continued arrival of new colonists; the difficulties were further complicated by prejudices against italians that existed at this time. For

this reason the Itajaí colonists were located in areas geographically adverse to economic progress. And, because of those prejudices many potential contributions of the immigrants were overlooked and underestimated.

The result of this colonization were also studied in their social-economic and cultural aspects, to discover those dimensions which blocked the development of the area and which persevere in part, today.

S U M Á R I O

	<u>PÁG.</u>
INTRODUÇÃO .....	1
1 - A COLÔNIA ITAJAÍ-PRÍNCIPE DOM PEDRO .....	6
1.1 - Aspectos históricos .....	6
1.2 - Aspectos geográficos .....	18
2 - A IMIGRAÇÃO ITALIANA PARA A COLÔNIA ITAJAÍ- PRÍNCIPE DOM PEDRO .....	23
2.1 - A Emigração Européia .....	23
2.2 - O Contrato Caetano Pinto: problemas de correntes de sua aplicação .....	30
3 - AUMENTO DEMOGRÁFICO E INTENSIFICAÇÃO DE ATRI TOS .....	43
4 - OS RESULTADOS DA COLONIZAÇÃO .....	62
4.1 - Economia e sociedade .....	62
4.2 - Atividades culturais .....	71
4.2.1 - Culinária .....	72
4.2.2 - Atividades lúdicas .....	73
4.2.3 - Cancioneiro .....	74
4.2.4 - Tradições religiosas .....	75
CONCLUSÃO .....	77

APENDICE DOCUMENTAL

ANEXO 1 .....	84
ANEXO 2 .....	87
ANEXO 3 .....	91
ANEXO 4 .....	97
ANEXO 5 .....	104
ANEXO 6 .....	107
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	114

ÍNDICE DE FIGURAS

	<u>PÁG.</u>
FIGURA 1 - Mapa das colônias do Vale do Itajaí: Blumenau, Itajaí-Brusque, etc. ....	10
FIGURA 2 - Ondas de emigração européia no século XIX .....	26
FIGURA 3 - A Unificação Italiana .....	50
FIGURA 4 - Planta cadastral das colônias ao redor de Brusque no fim do século XIX.	54
FIGURA 5 - Vale do Itajaí-Mirim - Área de Influência das etnias .....	82

ÍNDICE DE TABELAS

	<u>PÁG.</u>
TABELA 1 - Entrada de imigrantes na Colônia Brusque - 1875 .....	46
TABELA 2 - Entrada de imigrantes na Colônia Brusque - 1876 .....	47
TABELA 3 - Entrada de imigrantes na Colônia Brusque - 1877 .....	48
TABELA 4 - Quadro Geral de entrada de imigrantes-Colônia Brusque .....	49

## LISTA DE ABREVIATURAS

APE/SC - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

ASAB - Arquivo da Sociedade Amigos de Brusque.

Dir. - Diretor

Of. - Ofício

Pres. - Presidente

M.A.C.O.P. - Ministério da Agricultura, Comércio e Obras  
Públicas.

## I N T R O D U Ç Ã O

A colonização italiana no médio vale do Itajaí-Mirim, é objeto de estudo do presente trabalho.

Esta temática, já foi abordada pelo historiador CABRAL, em seu livro - "Brusque, subsídios para a história de uma colônia nos tempos do Império" -, editado pela Sociedade Amigos de Brusque. Neste trabalho, o referido autor enfoca a história da Colônia e a problemática da chegada dos imigrantes italianos para a administração colonial.

Em "A Colonização Italiana em Santa Catarina", PIAZZA enfoca o mesmo tema fazendo, além de um estudo geral e do histórico da colonização italiana, a abordagem dos problemas do Contratante Caetano Pinto, responsável pela entrada dos grandes contingentes italianos, com o Império do Brasil, no tocante a aliciamento, transportes e situação aduaneira da bagagem dos imigrantes, bem como a falta de pagamento e necessidade de planificação de distribuição dos colonos.

Em "Nova Trento", PIAZZA focaliza a colonização italiana no vale do Rio Tijucas. Esta colonização está intimamente ligada à Colônia Itajaí-Brusque devido o distrito de Nova Trento vincular-se por muitos anos a esta admi

nistração colonial.

Diversos autores, não sō historiadores, mas sobretudo geōgrafos, preocuparam-se com o fenômeno da colonização estrangeira em Santa Catarina. Alguns, especificamente, analisaram-no segundo a localização que coincide com a área por nōs escolhida. Outros, mais abrangentes quanto ao campo espacial, atingiram todo o Vale do Itajaí, como Léo Waibel<sup>1</sup>.

Lago, Mamigonian, entre outros, detiveram-se em monografias, focalizando, principalmente, as formas de atividades humanas no Vale do Itajaí-Mirim, e as características do desempenho de grupos étnicos. Estas monografias fazem parte do "Album do Centenário de Brusque", edição da Sociedade Amigos de Brusque.

Do ponto de vista estritamente estatístico, o fenômeno da colonização estrangeira foi tratado por Câmara, em "Os Estrangeiros em Santa Catarina".

Historicamente, a colonização italiana no Vale do Itajaí-Mirim tem seu início em 1875, com a chegada dos primeiros contingentes, que ainda no mesmo ano, ocuparam as localidades mais próximas à sede da Colônia. A partir de 1876, os italianos foram levados a ocupar os terrenos da antiga Colônia Príncipe Dom Pedro, anexada a então Colô

---

<sup>1</sup> Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil - Publicação CNG, Revista Brasileira de Geografia.

nia Itajaí-Brusque.

Nesta área, onde ficou concentrado o maior número de italianos, a colonização não evoluiu economicamente, não alcançou o sucesso de tantas outras que se espalharam por mais algumas regiões do Estado de Santa Catarina. Seu insucesso econômico despertou a atenção, razão pela qual se foi buscar as suas origens.

Procurar-se-á, assim, no discorrer da presente dissertação, acompanhar historicamente o desenvolvimento gradual deste processo de colonização, demonstrando que as causas do malôgro prendem-se a vários fatores:

1º) às características do Contrato Caetano Pinto, responsável pela entrada dos grandes contingentes de imigrantes italianos, na então Província de Santa Catarina.

2º) à peculiaridade da área geográfica, em geral imprópria ao desenvolvimento da agricultura e também da pecuária, onde localizou-se esta imigração.

3º) às atitudes preconceituosas em relação a outras colonizações que não fossem de origem germânica, pré-existentes à entrada dos contingentes italianos, e que iriam acentuar-se, pela forma desorganizada com que os mesmos deram entrada na região.

4º) às dificuldades e ao desinteresse do Governo em aproveitar outras potencialidades do imigrante.

A abordagem destes aspectos e o resultados desta colonização, constituem o objetivo de nosso trabalho. Para alcançá-lo, procurar-se-á analisar os eventos que contribuíram para o insucesso e assim, sustentar as idéias que possam assegurar a veracidade de nossa hipótese.

Dividiu-se o trabalho em quatro capítulos, além da introdução e conclusão, que podem ser sintetizados:

1. Levantamento histórico e geográfico das Colônias Itajaí-Príncipe Dom Pedro.
2. Pequena análise do movimento imigratório europeu e da política imigratória nacional, além da análise do Contrato Caetano Pinto, principalmente daqueles itens responsáveis por tantos desacertos.
3. Aumento demográfico da população colonial e a intensificação de atritos.
4. Resultados desta colonização nos seus vários aspectos.

As pesquisas para o levantamento das fontes de trabalho foram efetuadas:

- a) no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis;
- b) na Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis;

c) nos arquivos da Sociedade Amigos de Brusque , em Brusque.

Como complemento, utilizamos ainda a técnica de pesquisa oral e viagens à localidade, para estudo de sua evolução sócio-econômico-cultural.

## 1 - A COLÔNIA ITAJAÍ - PRÍNCIPE DOM PEDRO

### 1.1 - Aspectos históricos

O processo colonizador da Província de Santa Catarina com elementos de origem estrangeira, além dos aço reanos, inicia-se no século XIX. Até então o povoamento se havia processado ao longo do litoral, devido certas dificuldades na penetração para o interior: a espessa vegetação que cobria a Serra do Mar e o temor que o europeu tinha dos nativos, os bugres, como eram chamados.

Apesar destes problemas, a política do governo brasileiro vai propiciando, gradativamente, condições para a ocupação do interior, com as vantagens oferecidas àquele elemento que se vê na obrigação de abandonar seu território de origem - Alemanha, Itália, França, Áustria, Polônia e outras áreas europeias, por força de contingências sociais, políticas e econômicas, imigrando para a América.

A primeira colônia deste ciclo novo, fundada no interior da Província, foi a de São Pedro de Alcântara, em 1829, com imigrantes de origem germânica.

Em 1836 foi fundada a Colônia Nova Itália, um empreendimento particular, mas que não alcançou os objetivos pretendidos por seus empresários, Dr. Henrique Anbauer Schutel e Carlos Demaria, devido às grandes dificuldades para implantação dos colonos. Em 3 de maio de 1846, o nome da Colônia mudaria para "Don Afonso".<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> PIAZZA, Walter - Colonização Italiana em Santa Catarina, pág. 32-38.

A estas colônias seguiram-se outras, tendo desta que Blumenau e Dona Francisca, sendo seus colonizadores, na maioria, alemães, ambas particulares, aquela no vale do Itajaí-Açú e esta no litoral norte catarinense.

A Colônia Itajaí, que nos interessa em particular, foi criada pelo aviso Imperial de 18 de junho de 1860. Seu território já havia sido demarcado em 1858, pelo Major Engenheiro Carlos Riviere<sup>2</sup>. Ficava sua sede à margem esquerda do rio Itajaí-Mirim, distando da vila de Itajaí, trinta e oito quilômetros.

Os primeiros colonos a se instalarem nestas terras, vieram comandados pelo Barão Maximiliano von Schneeburg e ali chegaram a 4 de agosto de 1860. Eram ao todo 59 imigrantes alemães, num total de 10 famílias. Na localidade escolhida para a sede da colônia, além de um engenho de farinha pertencente a Pedro José Werner, grande latifundiário na região, que lhes serviu de abrigo durante a medição dos lotes, nada mais havia de patrimônio humano.

Em 1867, uma nova colônia seria fundada nas margens do Itajaí-Mirim, a quatro quilômetros do Ribeirão de Águas Claras. Tratava-se da Colônia Príncipe Dom Pedro, tendo como elementos colonizadores, na sua maioria, irlandeses e americanos, existindo também alguns franceses, alemães, suecos e dinamarqueses. Sua duração foi efêmera,

---

<sup>2</sup> APE/SC - Livro dos Engenheiros - correspondência expedida e recebida - Janeiro a Junho de 1877. n.p.

devido a falta de organização de seus colonizadores. Com relação a esta Colônia, assim se refere MATTOS.<sup>3</sup>

*"A Colônia Príncipe Dom Pedro foi agitada desde o início por contínuas revoltas dos colonos."*

E continua o mesmo historiador:

*"Aos poucos, esses colonos foram deserdando dos seus lotes, até que por aviso de 6 de dezembro de 1869, do Ministério da Agricultura, a Diretoria da Colônia foi anexada à Diretoria da Colônia Itajaí."*

A partir daquela data, na correspondência oficial dirigida à Colônia Itajaí, foi acrescido o de Colônia Príncipe Dom Pedro. Alguns diretores, porém, nomeavam-na, apenas, Colônia Itajaí, outros, Colônia Brusque. Usar-se-á este último, por permanecer, dando nome ao Município. As dimensões coloniais, conseqüentemente, também aumentaram<sup>4</sup>.

*"A superfície desta colônia era de 18.496 hectares e tendo-lhe sido anexada em dezembro de 1869 a ex-colônia Príncipe Dom Pedro, de igual superfície, temos que as duas possuem 36.992 hectares actualmente, porém aproximadamente é ela de 70.000 hectares."*

---

<sup>3</sup> MATTOS, Jacintho Antonio de. Colonização do Estado de Santa Catarina; dados históricos e estatísticos - (1640-1916). Florianópolis, Typ. "D'O Dia", 1917. p. 89-90.

<sup>4</sup> APE/SC - op. cit. acima nota (1). Ver Apêndice, Anexo 1.

O crescimento do contingente humano da Colônia foi lento. Conseqüentemente, os resultados das atividades desenvolvidas, não apresentaram valores elevados de produção econômica. Mas, não somente a lenta evolução numérica dos colônos poderia ser a condição de inexpressivo crescimento da economia.

É preciso considerar que o ritmo do trabalho dos colonos era fortemente influenciado pelas atividades relacionadas com o processo de instalação das colônias, no interior, mas afastadas da linha de comércio litorâneo e, enfim, por outras condições que se poderão sentir, analisando depoimentos que se seguirão.

O mapa de autoria do Engenheiro Cartógrafo Henry Lange<sup>5</sup> mostra claramente a situação das colônias (Figura 1).

O centro mais próximo a todas as colônias, era a Vila de Itajaí que no caso da Colônia Brusque, distava trinta e oito quilômetros, resultando deste fator um relativo isolamento que tolheria em parte seu desenvolvimento econômico.

Durante anos, desde a sua fundação, levas de imigrantes chegaram, sendo sempre localizadas próximas à sede

---

<sup>5</sup> APE/SC - Livro dos Engenheiros. Correspondência expedida e recebida - 1881. Mapa elaborado em Paris, em 1879.



da colônia, nas melhores áreas disponíveis.

Quinze anos após o estabelecimento dos primeiros colonos, era esta a situação da Colônia, apresentada pelo Engenheiro encarregado da distribuição dos lotes<sup>5</sup>, Pedro Luís Taulois, em seu relatório ao Presidente da Província, datado de 10 de janeiro de 1877<sup>6</sup>:

*"Em 1875 a sua população era de 4.568 pessoas e os lotes distribuídos 724.*

*Durante o ano passado a sua população foi aumentada de cerca de 4.000 almas e foram preparados 1.123 lotes.*

*Assim pois durante 15 anos só conseguiu obter 4.568 pessoas, e que no entretanto, só no ano passado a sua população quasi se duplicou.*

*Em 15 annos foram distribuídos 424 lotes e que no entretanto só no anno passado foram preparados quasi o duplo."*

Inicialmente, estes novos elementos colonizadores receberam lotes nas localidades de Poço Fundo e Águas

---

<sup>5</sup> Os lotes "distribuídos" deveriam ser pagos pelos colonos dentro de um determinado prazo e o preço variava conforme seu tamanho, o que se pode constatar pela "Relação das dívidas dos colonos franceses e italianos estabelecidos na Colônia Itajahy e Príncipe Dom Pedro". - Ver Apêndice, Anexo 6).

<sup>6</sup> APE/SC - op. cit. - acima nota (1).

Claras. A seguir, os terrenos que margeiam o Ribeirão Alfes, mas já no vale do Rio Tijucas, onde em 1875 foi criado o núcleo de Nova Trento, ligado administrativamente à Colônia Brusque.

A partir de 1876, às novas levas que chegavam, restavam muito poucas terras boas para a agricultura. A partir desta época os contingentes que chegassem seriam levados a ocupar os terrenos montanhosos que faziam parte da ex-Colônia Príncipe Dom Pedro, já no médio vale do Itajaí-Mirim. Distanto trinta quilômetros da sede colonial, seria criado com colônos de origem italiana, na sua maioria, o núcleo de Porto Franco.

Em entrevista efetuada com o Sr. Dionísio Pedrini, neto dos primeiros imigrantes que chegaram à localidade, assim foi explicada a origem do nome do núcleo inicial<sup>7</sup>, que não dá a idéia de ser de origem italiana:

*"Entrevistadora - Qual o primeiro nome que recebeu o atual Município de Botuverã ?*

*Entrevistado - Quando vieram os primeiros para cá, vieram de canoa. Encontraram um remansão, com praia baixa e praia mais alta. Então chegaram ali, amarraram as canoas de les, tiraram as tarecadas, armaram as barracas e ficaram ali então. E quando foi de*

---

<sup>7</sup> PEDRINI, Dionísio. Entrevista concedida a Roselys C. dos Santos. 25/01/1979, Botuverã, SC. Arquivo de História Oral da UFSC, sob o registro P.E. 10.N.0213.

noite deu uma trovoada muito grande e o rio encheu. Deu então uma grande enchente. E as canoas desamarraram. Desamarraram e foram rodando para aquele remanso e quando foi de dia eles viram que tinha dado a enchente mas as canoas permaneciam naquele remanso assim.

Bem, então foi apelidado de Porto Franco, porque aquele rio é um porto, seguro, como se quer dizer, que não saía, só ficava aí, né? . Então eles prenderam as canoas de novo e botaram este nome na localidade."

Mais tarde este nome seria mudado para Botuverã.

Devido a não existência de documentos que forneçam os nomes dos italianos que à Colônia chegaram, e mais particularmente à localidade de Porto Franco, o mesmo entrevistado nos forneceu os dados, dizendo que entre os primeiros estavam as famílias: Morelli, Molinari, Colombi, Maestri, Paini, Pedrini, Rampelotti, Dognini, Tirloni, entre outras.

O interesse concentrou-se nesta localidade devido o elemento italiano aí estabelecido ter sofrido um certo isolamento, o que não aconteceu em outras áreas da Colônia, como Poço Fundo e Águas Claras, onde inclusive ele mesmo mesclou-se através de casamentos, com alemães e elementos de outras origens.

Mas, voltar-se-á aos aspectos históricos da Colônia Brusque em seu contexto geral.

A história administrativa da Colônia ligaram-se inúmeros diretores que muito fizeram pelo seu desenvolvimento. Até sua emancipação seguem-se vários dirigentes, cujas administrações são analisadas detalhadamente por Cabral<sup>8</sup>. Neste trabalho, através de farta documentação, conseguiu o citado historiador fazer o levantamento histórico da Colônia até os finais do Império.

Destacaram-se entre os Diretores coloniais, pelo seu tino administrativo, as figuras do Barão Maximiliano von Schneeburg e do Dr. Luis Betin Paes Leme. O primeiro foi o responsável pela implantação dos pioneiros na Colônia, tendo que lutar contra todas as dificuldades iniciais da implantação da Colônia. Ao seu idealismo e espírito empreendedor deve-se, em parte, o êxito da implantação da Colônia. Ao Dr. Luis Betin Paes Leme deve-se a organização da Colônia no tocante à administração propriamente dita. Grande admirador do elemento germânico, dizia-se contrário a qualquer colonização que não fosse efetuada com elementos dessa origem. Em relatório ao Presidente da Província, João Tomé, datado de 25 de janeiro de 1875, faz a seguinte colocação<sup>9</sup>:

---

<sup>8</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Brusque; subsídios para a história de uma colônia nos tempos do Império. Brusque, Sociedade Amigos de Brusque, 1960. p. 39-248.

<sup>9</sup> ASAB/Brusque/SC. Relatório do Diretor da Colônia enviado ao Presidente da Província, João Tome, em 25 de janeiro de 1875.

"... por ora a única colonização que nos ser  
ve e tem apresentado em nosso país algum re  
sultado é a germânica, sobretudo a que pro  
cede das regiões agrícolas da Alemanha."

Durante sua administração é que dariam entrada na Colônia as primeiras grandes levas de imigrantes de origem italiana, na sua maioria.

Seguem-lhe outros administradores, mas que em geral, pelo curto espaço de tempo a frente da Diretoria, muito pouco puderam fazer pelo seu desenvolvimento.

Em 1882, por força do Decreto nº 8.455, de 18 de março, era a Colônia de Brusque emancipada, elevada consequentemente à categoria de município. Quanto à localidade de Porto Franco, seria elevada à categoria de Distrito em 1945. Em 1962, a Resolução nº 238 da Câmara Municipal de Brusque criava o Município de Botuverã. É neste município do médio vale do Itajaí-Mirim que está concentrada a maior herança italiana, tanto na língua, como nos costumes e tradições. A grande maioria de sua população descende direta ou indiretamente de italianos.

Como já se salientou, o progresso da Colônia Brusque foi lento, sendo um dos fatores responsáveis, a sua localização, muito longe dos mercados consumidores. Seus produtos, devido às dificuldades de deslocamento para esses centros, chegavam sempre com preços mais elevados do que de outros mais próximos. As colônias, nas palavras do



Engenheiro Dr. Florêncio Pereira do Lago, em relatório ao Presidente da Província, remetido de Desterro em 26/07/1876, se constituíram em:

*"Simples consumidoras, sendo verdadeiros centros importadores, que por não terem productos que exportar dão em retorno o número conseguido quasi todo e immediatamente do Thezouro Nacional."* <sup>10</sup>

A conclusão a que chega o referido Engenheiro é válida e a grande responsabilidade da situação recaía sobre a longa distância entre as Colônias e as cidades portuárias, que no caso eram Itajaí e a capital Desterro.

Mas, se para as sedes coloniais a situação assim se apresentava, mais difícil ainda era a situação dos núcleos coloniais que distavam consideravelmente da sede, como o de Porto Franco, afastado trinta quilômetros. Para estes, as perspectivas de crescimento econômico tornavam-se ainda bem mais difíceis. Somente fatores externos foram responsáveis por qualquer tipo de reação que dinamizasse sua economia.

A distância aos mercados, por outro lado, pode ser responsabilizada, entre outros fatores, pela ausência de especialização agrícola e a permanência das culturas de subsistência.

---

<sup>10</sup> Op. cit. - Ver Apêndice, Anexo 2.

## 1.2 - Aspecto geográfico

O aspecto geográfico da Colônia também pode ser considerado como um dos entraves para o desenvolvimento de uma agricultura de maior porte: drenada pelo rio Itajaí-Mirim e por numerosos de seus afluentes, como os rios Guabiruba, Cedro e Limeira, é nas margens dos mesmos que encontraremos a maior extensão de terras planas propícias à agricultura. São terras ribeirinhas, que estão sujeitas às inundações, muito frequentes na região entre setembro e março, e responsáveis pela destruição de grande quantidade de lavouras, mas são terras, onde a agricultura é fácil de ser aplicada, devido a existência de grandes várzeas.

Na direção do atual município de Botuverã, antigo Porto Franco, no médio vale, em terrenos que constituíram a antiga Colônia Príncipe Dom Pedro, os mesmos para onde foi canalizada a maioria dos imigrantes italianos, é assim que se apresenta a topografia <sup>11</sup>:

*"Em alguns trechos o relevo acidentado se aproxima do vale que, repetindo a topografia comum da bacia superior apresenta encostas mais abruptas, vales em "V", com ausência de fundo chato. Em direção a Botuverã, a*

---

<sup>11</sup> LAGO, Paulo Fernando. Brusque: aspectos geográficos das paisagens rurais. In: SOCIEDADE AMIGOS DE BRUSQUE. Álbum do 1º Centenário de Brusque. Brusque, 1960. p. 322-3.

partir de ... *Águas Negras* semelhante traço da morfologia torna-se bem nítido e repetido. As pontes pênséis construídas pelos colonos se multiplicaram devido a facilidade oferecida pelo estreitamento do vale. Enquanto isto, a área agricultável se reduz ao longo do vale e por vezes inteiramente. A atividade econômica começa a se basear na extração da madeira."

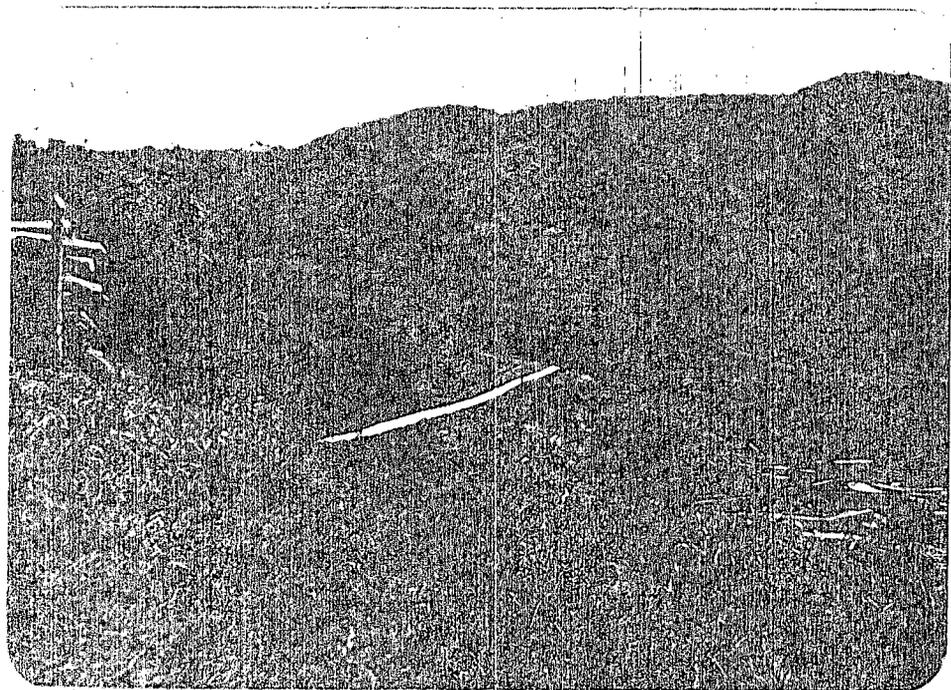


FOTO 1 - Ponte pênsil, solução mais econômica para conectar espaços sulcados por rios e riachos.

A situação geográfica apresentada por Lago já havia também sido descrita em 1876 pelo Engenheiro Pedro Luís Taulois, em um de seus relatórios ao Presidente da Província <sup>12</sup>:

<sup>12</sup> APE/SC - Livro dos Engenheiros - correspondência expedida, 1876. n.p.

"Na serra Geral e suas ramificações conhecidas pela denominação de serras do Jaraguá, Espigão e Tijucas, têm nascimento os afluentes que formão a bacia do Itajaí, em cujo valle assentadas as duas colônias que acabo de visitar (Blumenau e Itajaí-Brusque) valle apertado entre montanhas que for e cujas ramificações em grande quantidade mais estreito o tornão. Por isso são poucos os terrenos aproveitáveis em relação a grande bacia estirando-se muito as duas colônias em busca de terras em que possam ser collocados os emigrantes recém-chegados e que ficão assim a grandes distâncias da sede, o que dá lugar a que os directores tenham as maiores dificuldades em localizá-los."

Como se pode notar pelo exposto, a área do Itajaí-Mirim não era a das mais propícias para o estabelecimento de colônias. Os vales muito apertados e a quase inexistência de várzeas iriam criar uma série de dificuldades para os colonos aí estabelecidos, sendo uma das maiores, a distância da sede da Colônia e, portanto, do seu mais provável mercado consumidor. Decorrentes destes fatores, a maioria dos colonos estabelecidos onde a topografia apresenta as características acima citadas, ficou reduzida a um sistema de subsistência e com poucas condições de progresso econômico.

Quanto aos problemas de ordem geográfica, salienta-se, também, a intensidade das chuvas que se precipitam na região, e que dificultou o estabelecimento das lavouras.

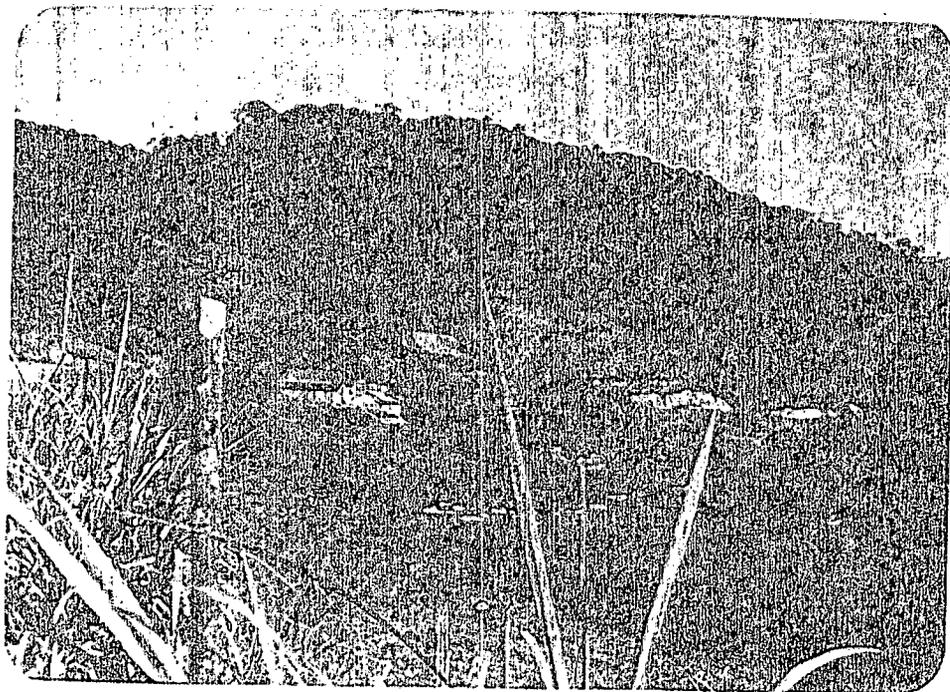


FOTO 2 - Tipo de vales de encostas muito abruptas, que dificultam o uso da terra para fins agrícolas e criatórios.

Para melhor esclarecimento, usa-se a seguinte citação <sup>13</sup> :

*"A pluviosidade média anual atinge 1700 a 1850 mm. Os meses mais chuvosos prolongam-se de setembro a março e a intensidade diminui apenas nos meses seguintes."*

Em decorrência desta alta pluviosidade, a área sofria constantemente com os problemas das enchentes que arrasavam as plantações e conseqüentemente, com a única fonte de renda dos colonos. As várzeas, não maioria são inundáveis, razão pela qual não podiam ser melhor aproveitadas para a agricultura.

<sup>13</sup> Ibid. <sup>11</sup> p. 324.

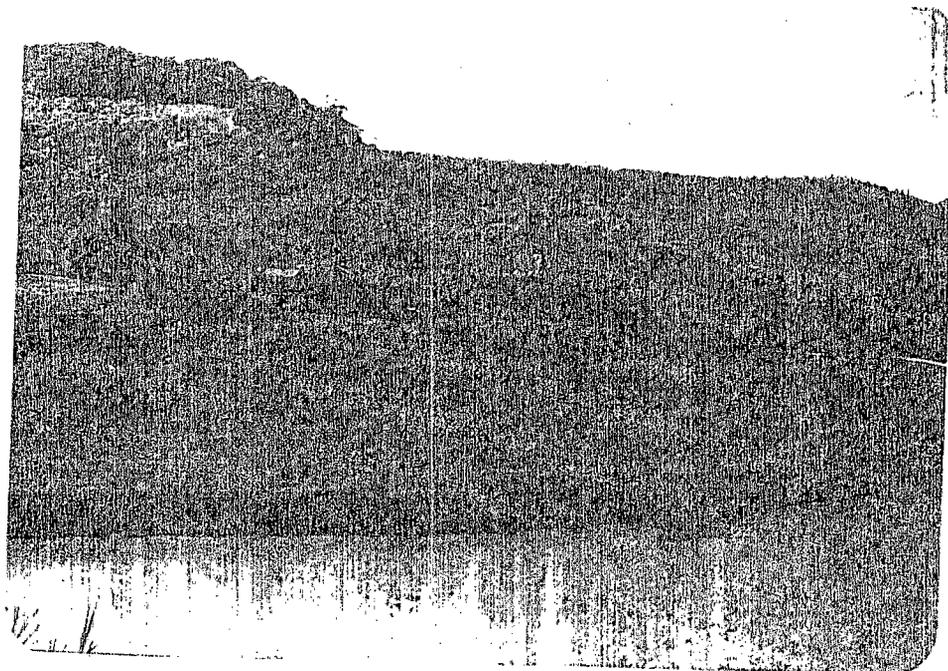


FOTO 3 - Várzea inundável destinada em regra para pastagem.

Como as chuvas são intensas e a região montanhosa, o esgotamento do solo também é rápido devido a erosão.

As condições climáticas também não foram favoráveis à aplicação das técnicas a que estavam acostumados os imigrantes em seu habitat original, tanto na agricultura, quanto na pecuária. Indiretamente, as condições climáticas foram adequadas à proliferação de espécies insetívoras e de micro-organismos que acarretaram em alguns aspectos, ocorrências de pragas nas lavouras, epizootias e até mesmo o registro de doenças que afetaram a saúde humana, como a malária.

## 2 - A IMIGRAÇÃO ITALIANA PARA A COLÔNIA ITAJAÍ - PRÍNCIPE DOM PEDRO.

### 2.1 - A Imigração Europeia

O movimento migratório na Europa não era uma novidade. Desde o século XVI, contingentes populacionais deixaram a Europa em busca de oportunidade nas terras do Novo Mundo. No século XIX este movimento ganha uma nova tônica, incentivado por uma série de fatores, os quais despertariam na população de certos países, sobretudo da Alemanha e Itália, o desejo de emigrar, de buscar longe de sua pátria novas e melhores condições de vida.

A Alemanha viu-se envolvida em guerras de 1848 a 1870, que culminaram com sua unificação, mas que deixaram durante todo este período e após, uma estrutura econômica bastante instável. Nem o campo, nem a cidade abriam perspectivas de melhora da situação social, não restando a uma grande parte da população senão a emigração.

Na península italiana, o movimento de ordem política que terminaria com a mesma unificada, iniciou-se em 1820, estendendo-se até 1861. O saldo de todos estes anos de revolução seria um violento desequilíbrio financeiro, impossível de ser contido pelos novos governos pós-revolucionários. Além desse problema de ordem econômica, exis-

Nota: Para a exposição dos três parágrafos baseou-se nos autores: Schnerb e Crouzet.

tia o de ordem demográfica: uma concentração excessiva em áreas agricultáveis e cidades industriais do norte.

O historiador Robert Schnerb assim expõe a situação <sup>1</sup>:

*"A seiva humana, ainda mais pujante nesta última, a italiana (18 milhões de habitantes em 1800, 33 em 1901, dá uma densidade média superior a 100 habitantes por quilômetro quadrado, concentra as multidões na planície do Pô e nos vales toscanos, na Campânia, nas costas sicilianas, porém deixa pouco habitadas as montanhas e as planícies secas ou as áreas onde grassa a febre; é esta seiva humana que alimenta a emigração. De uma parte belas tradições artesanais mas, de outra, a carência de combustíveis e minerais. Uma classe camponesa muito pobre, atrasada, sem instrução, vítima da grande propriedade e da falta de capitais."*

A disparidade na distribuição da população fazia com que nas áreas onde ela se concentrava excessivamente, a maior parte da população vivia desempregada ou em condições de subemprego. Esta população oprimida, descontente com sua situação, seria justamente o alvo dos propagandistas da emigração, que ofereciam, nas terras do Novo Mundo, oportunidades incríveis de riqueza e estabilidade social.

---

<sup>1</sup> SCHNERB, Robert. O século XX; apogeu da civilização europeia. In: CROUZET, Maurice. História Geral das Civilizações. São Paulo, Difel, 1969. p. 285.

Uma das regiões mais atingidas pelos agentes de emigração foi a do Trentino. Grande parte dos imigrantes chegados à Colônia Brusque provêm dessa região. As razões da emigração populacional do Trentino são explicadas por Lenard <sup>2</sup>:

*"Entre as primeiras, devem ser lembradas a epidemia de pebrina, que desfalcou, nos anos 1856/57, os bichos da seda, e a criptogama da videira. Esta última doença se alastrou em toda a Europa entre 1845 e 1850; chegou ao Trentino em 1851 e provocou danos gravíssimos.*

*A criação do bicho da seda, as indústrias de fiação e tecelagem, o cultivo da videira e a produção de vinhos, mais comuns do que de estimação, eram os dois eixos da economia trentina. Seu abalo comprometia as possibilidades de subsistência da população trentina. O setor da sericicultura e a indústria da seda não se recuperaram, estendendo-se a crise também ao setor da ocupação operária. De 11.700 unidades masculinas e femininas, empregadas no setor em 1852, descemos em 1875, a 6.700 unidades e, em 1899, a 1.500 unidades."*

A situação era realmente dramática. A sobrevivência de uma grande parcela da população via-se ameaçada. As saídas das pessoas avolumava-se, ano após ano, o que pode ser constatado pelo gráfico apresentado na Figura 2.

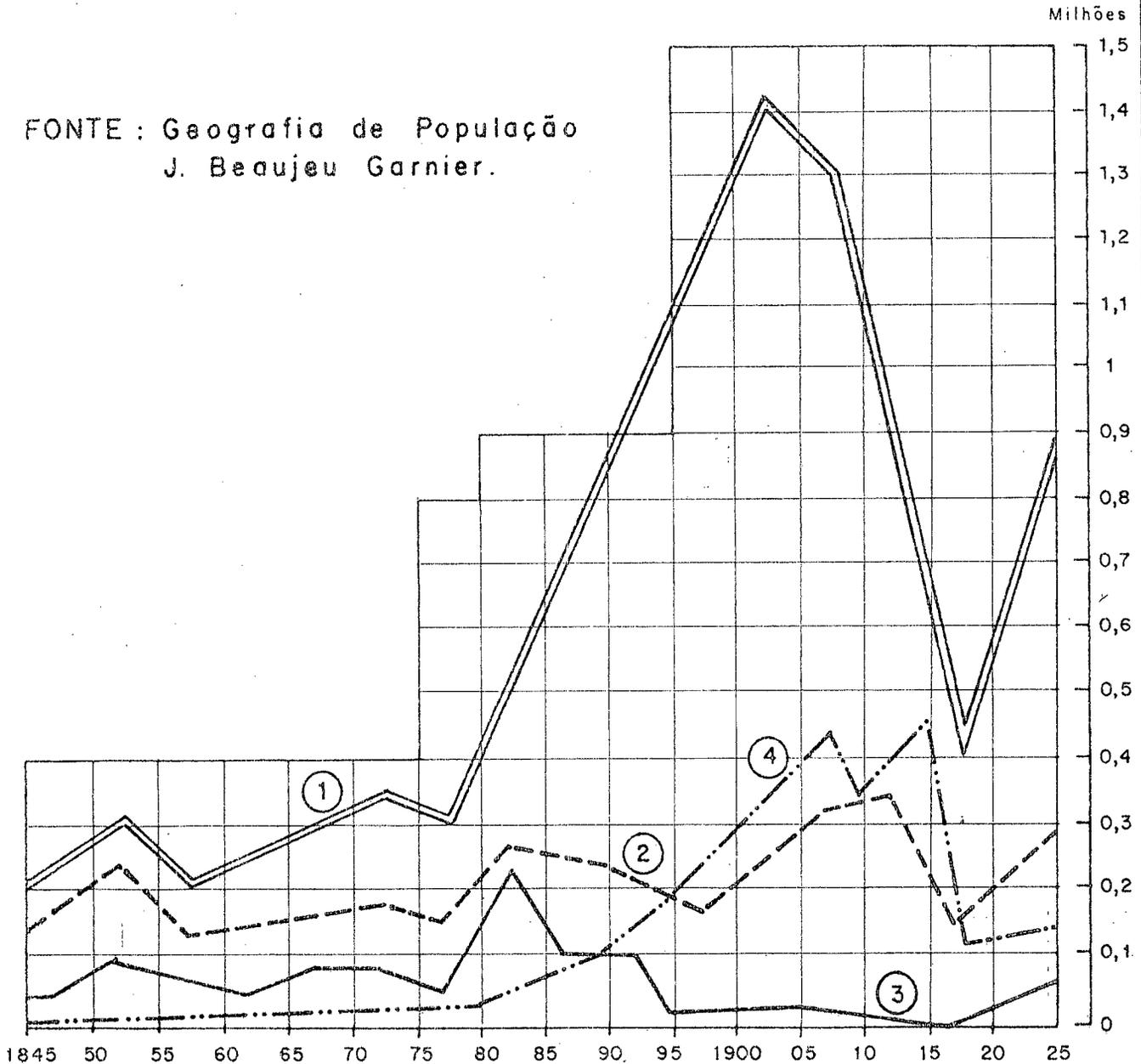
---

<sup>2</sup> LENARD, Andrietta. Lealdade Lingüística em Rodeio. Tese de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 1976.

FIGURA 2

# ONDAS DE EMIGRAÇÃO EUROPÉIA NO SÉCULO DEZENOVE.

FONTE : Geografia de População  
J. Beaujeu Garnier.



1 - Total de Emigrantes Europeus  
2 - Britânicos. 3 - Alemães. 4 - Italianos  
(em Milhões). (de M. Reinbard e A. Ar-  
mengaud, Historie Générale de la  
Population Mondiale.)

Não se pode, neste contexto, subestimar a influência dos agentes de emigração, prometendo uma mudança para uma situação bem melhor, aos que quisessem vir para o Brasil ou para outros países da América.

Foi bastante comum ouvir-se em depoimentos orais a explicação de que:

*"Nossos avós vieram enganados. Os propagandistas da emigração diziam que no Brasil, nas Colônias, tudo já estava pronto para receber os imigrantes. Era só iniciar a plantação. Mas quando aqui chegaram, só encontraram a mata virgem." <sup>3</sup>*

Estes engodos em que eram envolvidos os emigrantes, comprometiam a imagem do país que conscientemente sabia ser a imigração a única forma de povoar e dinamizar as regiões despovoadas e improdutivas do interior.

A colonização do interior era uma idéia antiga. No entanto, aplicá-la, nem sempre foi fácil, nem sempre os resultados obtidos foram positivos. As dimensões do Império eram grandes e comparando-se a extensão com os pequenos núcleos de povoamento europeus, que por força de uma política oficial de colonização remontava a 1820, com a criação da Colônia de Nova Friburgo, os resultados não eram

---

<sup>3</sup> CESTARI, Luís. Entrevista concedida a Roselys C. dos Santos, em 25/01/1979 - Arquivo de História Oral da UFSC sob o registro P.E. 10.N.0213

dos mais animadores.

De 1820 até 1870, a política imigratória progrediu e sofreu reveses, de acordo, principalmente, com a política interna e externa.

Com o término da Guerra do Paraguai em 1870, as atenções do Governo volver-se-ão novamente para a imigração, numa tentativa de dinamizar a política imigratória e povoar o interior. Entre as muitas obras que surgiram na época, tentando elucidar o problema, temos dois trabalhos em forma de relatório ao Ministro da Agricultura.

O primeiro, "Estudos sobre a colonização e emigração para o Brasil", de autoria do Conselheiro Augusto de Carvalho<sup>4</sup>, aponta entre as causas que prejudicavam a emigração para o Brasil as doenças, sobretudo a febre amarela. O segundo relatório, do Conselheiro Menezes e Souza<sup>5</sup> é mais pormenorizado e aponta como obstáculos à emigração:

I

*"A falta de liberdade de consciência; a não existência do casamento civil como institui*

---

<sup>4</sup> CARNEIRO, Fernando. História da imigração do Brasil; uma interpretação. Boletim Geográfico, Local, 1(2) : 1028, 1950.

<sup>5</sup> SOUZA, João Cardoso de Menezes. Theses sobre a colonização do Brasil. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1875. p. 31-2.

ção; a imperfeita educação, a ignorância e a immoralidade do clero; a ambição de mando temporal da parte do Episcopado Brasileiro, traduzindo-se na luta impropriamente chamada - questão religiosa."

## II

"A insuficiência do ensino e principalmente a ausência de instrução agrícola e profissional."

## III

"O diminuto número de instituições de crédito, especilamente de bancos destinados a auxiliar a pequena lavoura e indústria."

## IV

"As restrições e estorvos, que a Legislação e a Pública Administração do Império põe à liberdade de indústria, peando, em vez de desenvolver, a iniciativa individual."

## V

"Os defeitos da locação de serviços e dos contratos de parceria com estrangeiros; as lacunas e a inexecução da lei de terras públicas e a não existência do imposto territorial sobre terrenos baldios e sem edificação."

## VI

"A falta de transportes e de vias de comunicação, que liguem o centro e o interior do Império aos mercados consumidores e portadores."

## VII

"A criação de colônias longe destes mercados e em terreno ingrato e não preparado, bem como a falta de providências para a recepção dos imigrantes e colonos nos portos do Império e para seu estabelecimento permanente nas colônias do Estado, ou nos lotes de terras que compram."

## VIII

"A incúria de fazer conhecido o Brasil nos Estados d'onde procede a imigração, de que necessitamos, e em refutar, por todos os meios de bem entendida publicidade e por penas hábeis e desinteressadas os escriptos, por meio dos quaes naquelles Estados nos deprimem, exageram nossos erros aos imigrantes e nos levantam odiosos alieives."

2.2 - O Contrato Caetano Pinto: problemas decorrentes da sua aplicação.

O levantamento das dificuldades que emperravam a emigração estava feito. Restava agora ao Governo Imperial tomar as providências cabíveis para incrementar novas correntes emigratórias para o Brasil. Medidas que sobretudo despertassem a atenção do homem do campo europeu para uma melhoria da sua situação econômica nas terras do interior do Brasil.

Com este objetivo pré-determinado, elaborou-se um contrato que foi firmado com o Comendador Joaquim Caeta no Pinto Júnior e o Império do Brasil. Recebeu o respectivo contrato, o registro como Decreto nº 5.663, de 17 de junho de 1874<sup>6</sup>. Pelas suas cláusulas estimulava consideravelmente a imigração européia. São as mesmas bastante atrativas para aquelas populações, que na sua pátria sofriam com os problemas decorrentes de uma situação econômica desfavorável, agravada pela exigüidade do espaço físico dos seus lotes. Na maioria dos casos, o lote não pertencia àquele que o cultivava que além de tirar do mesmo o sustento para a família, ainda pagava aluguel pelo seu uso.

Os trechos da entrevista com descendente de imigrantes ilustram melhor a colocação<sup>7</sup>:

*Entrevistadora:*

*"Saberia dizer quais as causas da transferência de seus ancestrais da Itália para o Brasil?"*

*Entrevistado:*

*"Pelas informações que recebi e colhi durante muitos anos, é de que havia se espalhado uma notícia na Itália da fertilidade dos terrenos no Brasil. E já que lá os agriculto-*

---

<sup>6</sup> Ver Apêndice, Anexo 2.

<sup>7</sup> MERICO, Alexandre. Entrevista concedida a Roselys C. dos Santos, em 15/11/1974 - Brusque. Arquivo de História Oral da UFSC, sob o registro P.G. 01-N.0023

res cada vez possuíam menos terras, não sendo delas proprietários, como tive oportunidade de constatar mais tarde, gostariam os mesmos de serem proprietários de terrenos. Correu a notícia na Itália de que no Brasil havia grandes áreas de terras e que os agricultores poderiam receber documentos destas terras, isto é, poderiam receber documentos de propriedade. Este foi um dos motivos. E o segundo motivo, a fertilidade dos terrenos no Brasil. Lá, as áreas cada vez se tornavam mais diminutas, na proporção das famílias numerosas que possuíam, querendo por isso áreas maiores."

Entrevistadora:

"Segundo o que o Senhor declarou, pude anotar que na Itália as terras não pertenciam aos que as lavravam. Perguntaria, de quem eram as terras? Pertenciam a algum condado ou a reminiscente de antigos senhores feudais?"

Entrevistado:

"Justamente isto. O sistema continua até hoje. Estive visitando há pouco tempo atrás diversos parentes na Itália. São lavradores, possuem muitas lavouras, grande criação de gado leiteiro. Mas todos eles, sem exceção, não são proprietários. Nenhum deles estabelecidos pode dizer que um metro daquela terra seja sua ..."

Portanto, se o grande problema era terra, no Brasil eles a teriam. Incumbiam-se ainda os aliciadores de emigrantes de fazer promessas que não versavam no contrato,

mas que os imigrantes s̄o constataram como irrealis, quando j̄a se encontravam no Brasil.

Quando se l̄e as cl̄ausulas principais, ou mesmo todos os termos do Contrato Caetano Pinto, n̄o se pode ter id̄eia dos grandes problemas que as mesmas acarretariam, tanto para os imigrantes, como para o pāis que os recebia.

As dificuldades seriam todas decorrentes do grande n̄mero de imigrantes que deveriam ser introduzidos no Brasil (100.000 imigrantes, dentro do prazo de 10 anos). A aplicaç̄o do mesmo requeria um pr̄vio conhecimento das ̄reas para onde seriam canalizados os imigrantes, e suas reais capacidades de estabelecimento dentro do espaço f̄isico. Tendo-se este conhecimento pr̄vio, uma triagem seria o pr̄ximo passo, para que n̄o houvesse sobrecarga de imigrantes em determinadas col̄onias, enquanto que em outras, por raz̄oes v̄arias, ficassem com lotes ociosos ̄ espera de seus ocupantes.

Feita esta constataç̄o, deveria ter-se partido para a contrataç̄o de material humano necess̄rio ̄ mediç̄o dos lotes a fim de que dentro do menor espaço poss̄ivel de tempo, quando j̄a estivesse na col̄onia, o imigrante logo o cupasse o seu respectivo lote. Em s̄ntese, uma infraestrutura era necess̄ria a sua aplicaç̄o, a fim de que os objetivos fossem alcançados. A exiguidade, porem, do tempo entre a assinatura do contrato (17 de junho de 1874) e a chegada das primeiras grandes levas (a partir de fevereiro de

1875) prejudicou sensivelmente sua aplicabilidade.

A demarcação dos lotes, depreende-se pelo item VII do Contrato, já deveria estar feita quando da chegada dos imigrantes com suas famílias. Na referida cláusula, o Governo concedia hospedagem e alimentação aos imigrantes durante os primeiros oito dias de sua chegada. Portanto, tudo deveria estar pronto para recebê-los.

Constatou-se, no caso da Colônia Brusque, que o número de funcionários para a demarcação dos lotes foi sempre inferior em relação ao número de recém-chegados. Em 1876, ano de entrada de grandes contingentes, contava a Colônia com o Engenheiro Pedro Luís Taulois, que chefiava uma comissão composta pelos agrimensores Cristiano Boaventura da Cunha Pinto, Germano Thieme e Sarmat du Lauraux Bouquet<sup>8</sup>.

Além da comissão ser pequena e o trabalho de medição demorado, a situação agravava-se pelo alto índice de pluviosidade da região, o que ainda mais tornava árdua a tarefa.

Nada disto porém, impedia a entrada das levas, sempre grandes, sendo impossível aos Presidentes da Província ou aos Agentes de Imigração preverem e orientarem os Diretores da Colônia, de quantos chegariam e em que espaço

---

<sup>8</sup> CABRAL - op. cit. - p.

de tempo. Portanto, para a administração colonial, um dos primeiros grandes problemas que surgia dizia respeito à acomodação do imigrante.

Pela impossibilidade da pronta localização dos colonos em seus respectivos lotes, os mesmos eram colocados em barracões de recepção, construções precárias, sem o mínimo conforto, como a maioria das habitações da época<sup>9</sup>:

*"... de pau-a-pique, barreada, coberta de palmitos ..."*

Destinava-se a abrigar os colonos no prazo máximo de uma semana. Dentro deste período era de se esperar que os imigrantes já tivessem na posse de seus respectivos lotes, uma vez que o contrato se refere a este aspecto, como se salientou, aludia que a hospedagem gratuita e a alimentação seriam dadas aos imigrantes apenas durante os primeiros oito dias a contar de sua chegada<sup>10</sup>. A situação, porém, não era esta, e principalmente a partir de 1876 os barracões de recepção estavam repletos de imigrantes, sem condições de receber novas levas.

Com relação ao assunto, assim se referia o Dr. Alfredo D'Escragnolle Taunay, Presidente da Província de

---

<sup>9</sup> SIEVERT, Augusto. Um veterano depõe. Blumenau em Cadernos. Tomo III, nº 4 - pág. 62 - Blumenau, Abril de 1960.

<sup>10</sup> CLÁUSULA Nº VII - Ver Apêndice, Anexo 3.

Santa Catarina <sup>11</sup> :

"Esta situação melindrada e que pinta ao vivo o estado de Blumenau e Itajahy, é agravada de modo evidente pela chegada contínua de novos immigrantes. Accumula-se gente dos barracões e recepção, lá ficam seis e mais meses a receberem subsídios do cofre público e a espera de lotes medidos para serem localizados".

Em outro ofício ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o mesmo Presidente da Província, alguns meses depois, 11 de outubro, era mais claro <sup>12</sup> :

"Pelo Contrato feito com Caetano Pinto a fluência de colonos tem sido grande, quase todos italianos, lomnardos ou tyroleses e, segundo informações fidedignas, todos os mezes crescendo.

Se esta gente se espalhasse proporcionalmente por diversas colônias em que se achasse prompta localização, lotes medidos e recursos imediatos, não duvido que o movimento fosse útil e de esperanças para os recém-

---

<sup>11</sup> APE/SC - Ofício do Presidente da Província de Santa Catarina ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. In: Livro de Correspondência expedida ao Minist. da Agricultura - 1876.

<sup>12</sup> APE/SC - Ofício do Presidente da Província de Santa Catarina ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. In: Livro de Correspondência expedida ao Minist. da Agricultura - 1876.

chegados e para o paiz que os acolhia. Infelizmente tal não se dá ...

Imagine V.Ex.<sup>a</sup>, não hã lotes medidos em Itajahy, ou se os hã, são recusados pelos immigrants e nos barracões existem 3.000 colonos por localizar e esperão-se remessas consideráveis de mais outros n'estes próximos trez mezes".

Em 1877 mudava o Presidente da Província. O novo Presidente, José Bento de Araújo, a 3 de março de 1877, em ofício ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, com relação à Colônia Brusque, esclarecia <sup>13</sup> :

"Aproveito a oportunidade para comunicar a V.Ex.<sup>a</sup> que a Colônia Brusque de Itajahy tem os barracões repletos de colonos e para o serviço dessa Colônia entrar em estado regular me parece de necessidade que não receba mais immigrants enquanto os atuais não se localizarem definitivamente".

Em 6 de março de 1877, o mesmo Presidente da Província expunha a situação perante a Assemblêia Legislativa da Província de Santa Catarina <sup>14</sup> :

<sup>13</sup> APE/SC - Fpolis, SC. In: Livro de Corresp. expedida ao Minist. da Agricultura, Comércio e Obras Públ.-1877.

<sup>14</sup> SANTA CATARINA (Província), Presidente, 1877-1878 (Araújo). Fala com que o Exmo. Sr. Dr. José Bento de Araújo abriu a 2a. sessão da 21a. Legislatura da Assemblêia Legislativa Provincial de Santa Catarina, em 6 de março de 1877. Desterro, Tip. J.J.Lopes, 1877.

"Na Colônia Brusque, em Itajahy, a população subia até dezembro do ano passado a 8.110 almas. As casas de recebimento continuam completamente cheias de colonos que affluem de modo incessante para esta colônia, embaraçando de algum modo a marcha regular da administração que encontra dificuldades em localizar promptamente tão grande número de immigrants. De janeiro até os últimos dias de fevereiro entrarão para a Colônia Brusque 952 immigrants".

Se o problema da entrada de levas sucessivas na Colônia, sem qualquer previsão era grande, ele se agravava devido às cláusulas VIII e IX do referido Contrato Caetano Pinto. Através destas cláusulas, o colono tinha o direito de escolher seu lote. Portanto, se o lote oferecido não fosse de seu agrado, poderia rejeitá-lo. Destas cláusulas resulta uma situação bastante difícil para o Governo: o fato de não aceitar o lote, fazia com que o trabalho de agrimensura se perdesse em parte - por outro lado, enquanto não estivesse devidamente estabelecido, caberia aos Cofres Públicos seu sustento. Mesmo vivendo em barracões, em condições precárias, não havia muito interesse em aceitar o primeiro lote, que nem sempre seria o melhor, preferindo a ocupação de "jornaleiros"<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Nesta condição o colono ganhava 2\$000 por dia, trabalhando na conservação das estradas da Colônia. Esta condição era prevista para um espaço de seis meses, findos os quais o colono já teria condições de tirar o seu sustento e da família da sua própria lavoura. (Anexo 4 - pág. 99).

A situação não era a mesma em todas as Colônias da Província de Santa Catarina. Em muitas delas, como no caso de Blumenau, existiam lotes medidos e prontos a serem ocupados. A grande maioria dos imigrantes não dava preferência a esta Colônia, mas sim a de Itajaí. A causa do problema estava presa novamente à Cláusula XI, do Contrato Caetano Pinto, pois já na Europa o imigrante escolhia o lugar onde queria fixar-se no Brasil. Nada havia, portanto, a fazer, senão atender as prerrogativas dos imigrantes.

A preferência dada à Colônia Brusque devia-se, sem dúvida, às formas como eram feitas as distribuições das ajudas de custo para a compra de sementes e ferramentas. Não havia uma norma comum a todas as Colônias. Na de Blumenau, o colono só recebia as ajudas que lhe eram devidas, quando já de propriedade do lote onde haveria de fixar-se, mas na de Brusque e Príncipe Dom Pedro, as quantias já lhes eram entregues quando ainda esperavam nos barracões a demarcação de seus lotes. Como foi exposto anteriormente, a distribuição dos lotes não era imediata à chegada, e as irregularidades na distribuição das ajudas influenciavam sensivelmente na escolha da Colônia pelo imigrante.

O fato analisado pelo Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Alfredo D'Escagnolle Taunay, em relatório ao Ministro da Agricultura, em 11 de outubro de 1876, expedida do Desterro, ilustra o problema <sup>16</sup>:

---

<sup>16</sup> APE/SC - Ver Apêndice, Anexo 3 - Doc.

"D'onde provêm esse poder de atração da Colônia Ithajay-Dom Pedro?

Duas razões da maior importância existem:

1º - Porque o elemento germânico, em geral exclusivista, repelle a fusão com outras raças e em Blumenau elle existe vivo com todos os defeitos e virtudes.

2º - Pelas insinuações e cartas partidas de Ithajay dos que já lá se achão e dirigidas aos seus patrícios na Europa, indicando-lhes as regalias especiais de que gozão os colonos logo à chegada e que representam o sistema mais irregular e anti-econômico que se possa imaginar.

Esse sistema é filho das pèssimas tradições existentes na administração de Ithajay - Dom Pedro ...".

De modo claro, continua o Presidente:

"Chega o colono e é levado para o barracão da recepção da Barra do Ithajay Mirim e do Guaçú, onde fica dois dias à espera de condução para a Colônia Ithajay-Dom Pedro, quer para a de Blumenau.

Consultados sobre o destino que desejão, grítão todos, una voce Itajahy, desconfiados logo de que sejam enganados na direção a tomar levados para Blumenau. Ahí aparecem a gentes de negociantes estabelecidos em Ithajay e notadamente de um certo Pietro Beltrami, homem audaz e possuidor já de alguns bens, que aconselhão resistênciã até que todos sigão para o centro onde elles tem suas casas de negócios.

Uma vez em Ithajay, o colono recebe de cho-  
fre e dinheiro para seu estabelecimento, far  
tura de casa, derrubadas, sementes e trans  
porte, de modo que se tiver 3 pessoas da fa  
mília tem de panda 148\$000, ainda quando vã  
ficar oito e mais mezes dentro de um barr  
cão de recepção a espera que se localiza n'  
um lote que elle pelo seu contrato, ainda  
pode ou não acceitar, conforme for do seu  
agrado.

Enquanto está no barracão, O estado lhe dá  
2\$000 diários para que elle vã trabalhar em  
estrada, ficando a família a abanar os bra  
ços".

Quanto a razão da preferêcia dada a Colônia Brus  
que, assim Taunay a coloca:

"O que se faz de affogadilho em Ithajay, faz  
se successivamente em Blumenau. Assim o co-  
lono sô obtêm o dinheiro para fazer a casa  
quando entra na posse do seu lote, para der  
rubar quando já tem casa e para sementes  
quando tem área para plantar".

E termina sua análise de maneira jocosa:

"Uma vez de posse aquelles proletários da Eu-  
ropa de somma que naturalmente lhes é fabu-  
losa, começam os gastos nos botequins e ca  
sa de cerveja, de modo que uma d'estas, a  
do cidadão Thiess, vendeu em 5 dias 16.000  
garrafas de cerveja. Somme-se esta porção  
que for consumido nos outros de negócios, e  
especialmente ao tal Pietro Beltramini e te  
nã V.Ex<sup>a</sup> uma quantidade enorme de litros de

*cerveja pagos pelo Governo do Brasil aos seus imigrantes como saudação de feliz chegada".*

O acima exposto ainda nos dá uma idéia de como era a política imigratória no Brasil. As medidas com relação ao imigrante variavam de colônia para colônia, sem qualquer tipo de fiscalização, criando dificuldades bastante sérias para os imigrantes e para o país que os recebia.

Gasto o dinheiro e sabendo que não receberia mais do que as cotas devidas, só restava ao colono retirar-se da Colônia, o que fazia sem maiores embaraços. De acordo com o Contrato que os trouxe, em sua Cláusula X, não existia compromisso algum entre o colono e o Governo Brasileiro, apesar de todos os proventos recebidos. O compromisso de permanência ou de devolução das cotas recebidas inexistia. Não tendo mais dinheiro, como já se afirmou, retirava-se da Colônia, para retornar à Itália, ou seguindo para os países platinos, também interessados na imigração estrangeira.

### 3 - AUMENTO DEMOGRÁFICO E INTENSIFICAÇÃO DE ATRITOS

Sem um levantamento demográfico é impossível, até o presente, afirmar com exatidão o número de imigrantes que por força do Contrato Caetano Pinto, deram entrada na Colônia Itajaí-Brusque.

O fato deve-se à inexistência das listas das entradas dos imigrantes, que não se encontram nos arquivos em que se pesquisou.

Com a finalidade de calcular aproximadamente as quantidades, fez-se necessário recorrer às "Falas" dos Presidentes da Província à Assembléia Legislativa, aos Relatórios dos Engenheiros ao Presidente da Província, à correspondência dos Presidentes da Província com os Diretores das Colônias e aos Relatórios e Ofícios destes aos Presidentes.

Esse levantamento inicia-se em 1875, por datar de 10 de fevereiro de 1875 o início da chegada das "grandes levas". Usa-se a expressão "grandes levas" em relação aos alemães que chegaram anteriormente à Colônia. Estes, como se teve oportunidade de constatar, chegaram em pequenos grupos, geralmente não ultrapassando a cinquenta pessoas. Quanto ao número de imigrantes entrados a partir de 1875, o número é sempre elevado. Na primeira leva já che

garam "200 lombardos" <sup>1</sup> à Colônia Itajaí, no dia 10 de fevereiro de 1875. Em 22 de dezembro de 1875, o Presidente da Província faz referência a mil imigrantes que deram entrada na Colônia e noticia a chegada de mais 420. <sup>2</sup>

Para o ano de 1876, a "Fala" de 6 de março de 1877 esclarece que de janeiro de 1876 a fevereiro de 1877, entraram 952 imigrantes <sup>3</sup>. Ainda com relação ao ano de 1876, o Engenheiro Pedro Luís Taulois, em seu Relatório, afirmava que a população da Colônia foi aumentada em cerca de 4.000 almas <sup>4</sup>. Já o mapa estatístico da Colônia faz referência a entrada de 3.542 imigrantes.

Com relação ao ano de 1877, encontrou-se na Fala Presidencial, referência a 9.521 imigrantes, que chegaram de janeiro a fevereiro.

---

<sup>1</sup> ASAB/Brusque/SC - Telegrama do Ministro da Agricultura ao Diretor da Colônia Itajahy, em 10.02.1875.

<sup>2</sup> APE/SC - Telegrama e ofício do Presidente da Província ao Ministro da Agricultura - Livros de Corresp. Exped. ao Ministério da Agricultura. Junho a Dezembro de 1875. s.p.

<sup>3</sup> SANTA CATARINA (Província) Presidente, 1877-1878 (Araújo). Fala com que o Exmo. Sr. Dr. José Bento de Araújo abriu a 2ª Sessão da 21a. Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina, em 6 de março de 1877. Desterro. Tip. J.J. Lopes, 1877.

<sup>4</sup> Op. cit. - Ver Apêndices, Anexo 1.

Através dos ofícios do Presidente da Província ao Ministro da Agricultura, no ano de 1878, pode-se constatar a entrada de 844 imigrantes para as "Colônias de Itajahy", sô que os mesmos não especificam quantos teriam ido para Brusque e quantos para Blumenau<sup>5</sup>. Como estavam surgindo os núcleos coloniais de Ascurra e Rodeio, é bem provável que tenham tomado este rumo, assim como outros no sul da Província.

Com essa irregularidade no fornecimento de dados, torna-se bastante difícil precisar as quantidades exatas. Com base nesta documentação, organizaram-se quadros demonstrativos (Ver Tabelas 1, 2, 3 e 4).

Quanto à procedência, constatou-se pela documentação e depoimentos, que provêm das províncias emigrantistas do norte italiano: Veneto, Piemonte, Lombardia e Trentino (tirolezes).

O fato de um grande número de imigrantes do Trentino, apesar do sobrenome italiano, dizerem-se austríacos, é assim exposto por Lenard<sup>6</sup>:

*"Observando o mapa (Fig. III), vemos que da unificação da Itália, ficaram excluídas duas províncias, o Trentino e a Ístria, que lhe*

<sup>5</sup> APE/SC - Livro de Correspondência Expedida ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. 1878 - Ofícios nºs 28, 31, 51 e 76.

<sup>6</sup> LENARD, Andrietta. Lealdade linguística em Rodeio. Abertura, Blumenau, FURB, 1 (0): 13, dez. 1977.

## TABELA 1

## ENTRADA DE IMIGRANTES NA COLÔNIA BRUSQUE

1 8 7 5

DATA	Nº DE IMIGRANTES	FONTE DOCUMENTAL
10-02	200	ASAB - do M.A.C.O.P. ao Diretor da Colônia Brusque.
18-02	420	APE/SC - Of. do Presidente da Província ao M.A.C.O.P.
? -05	150	ASAB - Of. do Diretor da Colônia Brusque ao Presidente da Província.
05-06	108	ASAB - Of. do Diretor da Colônia Brusque ao M.A.C.O.P.
13-12	254	ASAB - Of. do Diretor da Colônia Brusque ao Presidente da Província.
TOTAL	1.132	
18-12	1.122	ASAB - Mapa estatístico da Colônia Brusque do ano de 1875.

TABELA 2

## ENTRADA DE IMIGRANTES NA COLÔNIA BRUSQUE

1 8 7 6

DATA	Nº DE IMIGRANTES	FONTE DOCUMENTAL
05-02	328	APE/SC - Of. do Diretor da Colônia Brusque ao Presidente da Província.
17-03	565	APE/SC - Of. nº 62 - do Presidente da Província ao M. A.C.O.P.
20-05	242	APE/SC - Of. do Presidente da Província ao Diretor da Colônia Brusque.
11-08	164	APE/SC - Of. nº 179 - do Presidente da Província ao Diretor da Colônia Brusque.
01-09	19	APE/SC - Of. nº 195 - do Presidente da Província ao M. A.C.O.P.
12-09	331	APE/SC - Of. nº 209 - do Presidente da Prov. ao MACOP.
30-09	642	APE/SC - Of. nº 212 - idem.
25-10	247	APE/SC - Of. nº 282 - idem.
TOTAL	2.538	
25-11	3.542	ASAB - Mapa estatístico da Colônia no ano de 1876.

TABELA 3

## ENTRADA DE IMIGRANTES NA COLÔNIA BRUSQUE

1 8 7 7

DATA	Nº DE IMIGRANTES	FONTE DOCUMENTAL
06-03	952	Fala de José B. Araújo
TOTAL	952	
		Não encontrou-se para o ano o Mapa Estatístico

NOTA: O dado citado é dos últimos que faz referência a Colônia Brusque. A partir de então encontrou-se comunicação de remessas de colonos "às Colônias de Itajaí" e não mais especificamente para a Brusque.

TABELA 4

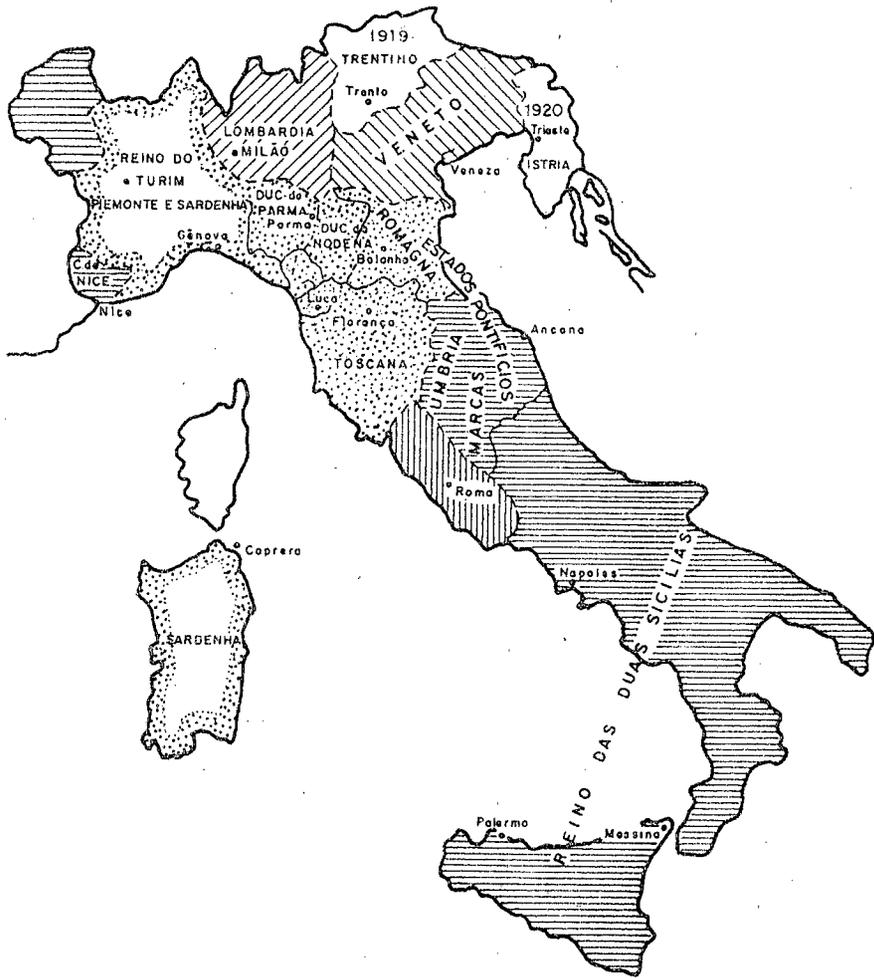
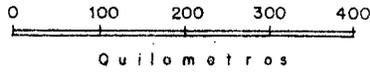
## QUADRO GERAL DE ENTRADA DE IMIGRANTES

## COLÔNIA BRUSQUE

ANO	Nº DE IMIGRANTES	TOTAL ACUMULADO
1875	1.122	1.122
1876	3.542	4.664
1877	952	5.616

FIGURA III

A UNIFICAÇÃO ITALIANA



LEGENDA

-  Território anexado ao Piemonte em 1859
-  Território anexado ao Piemonte em março de 1860
-  Anexado a França em 1860
-  Território anexado ao Piemonte no verão de 1860
-  Território anexado a Itália em 1866
-  Território anexado a Itália em 1870

FONTE: Lenard, Andrietta - Lealdade Linguística em Rodeio  
Abertura - ano 1, nº 0 - Edic. FURB, dez. 1977.

*serão devolvidas só depois da Primeira Guerra Mundial. Províncias até então austríacas, sendo que o Trentino, pela organização administrativa, era designado como "Tirol do Sul", ou "Tirol Italiano". Isso nos explica porque os trentinos que vieram para o Brasil no final do século passado eram chamados tirolezes e possuíam passaportes austríacos."*

A observação de Lenard ainda serve para explicar o problema da língua falada. Alguns eram bilingües, falavam o austríaco e italiano, outros, somente o italiano.

De qualquer forma, os europeus entrados a partir de 1875 diferiam bastante na origem e nas formas de chegada dos inícios da Colônia. O clima de confusão gerado pelo afluxo contínuo de indivíduos, aos quais era impossível atender prontamente com lotes medidos, criou sérios problemas para a administração colonial. Os lotes junto à sede da Colônia, já de muito eram ocupados pelos alemães, os primeiros colonizadores. Para os recém-chegados restava agora a periferia e principalmente os terrenos da extinta Colônia Príncipe Dom Pedro, quase todos na parte mais acidentada e excessivamente distantes da sede.

A área da região já foi descrita no primeiro capítulo. A estreiteza dos vales dificultou sensivelmente a implantação de uma agricultura compensadora. A colonização desta área, somente se adaptaram aqueles imigrantes que já eram lavradores em seu país de origem. A falta de expe

riência associada a vários fatores, entre eles o do lote quase sempre acidentado, fez com que um grande número abandonasse suas terras e saísse da Colônia, ou fosse em busca de profissões urbanas na sede colonial. Muitos montaram oficinas mais próximas à sede da Colônia, e várias vezes com os subsídios adiantados para as despesas iniciais com a colonização.

Grande número de imigrantes, porém, não aceitou esta situação e evadiu-se da Colônia.

As reclamações e justificações pelo abandono eram algumas, pelo tamanho do lote, que por ser acidentado, tornava reduzida a área agricultável, outras, pela distância do centro colonial.

A constatação de que após quinze anos do início da colonização somente restavam terras montanhosas, não pode ser tomada como válida. Observou-se no Relatório do Presidente da Província enviado de Desterro, a 11 de outubro de 1876<sup>9</sup>, a referência feita à grande quantidade de terras que precediam à Colônia, pertencentes a particulares e que não faziam uso dela e, portanto, a sugestão para sua

---

<sup>3</sup> APE/SC - Livro de Correspondência expedida ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. 1879. Ofício nº 142 - Ver Apêndice, Anexo 5.

aquisição pelo Governo, com o fim de vendê-las aos colonos novos. Ainda com referência a estas mesmas terras, o Engenheiro Pedro Luís Taulois faz a seguinte referência, em 10 de janeiro de 1877 <sup>10</sup>:

*"Julgo que seria muito conveniente que o Governo Imperial effectuasse a compra de um terreno particular pertencente ao cidadão Pedro José Werner, terreno este que fica contíguo a sede pelo lado do leste; em um anno depois de dividido em lotes urbanos, a venda dos mesmos produziria quantia superior ao seu custo."*

Conseguiu-se detectar a área referida na "Planta Cadastral das Colônias ao redor de Brusque, no fim do século XIX" <sup>11</sup>. A área, em comparação com outras divididas em minifúndios, é bastante grande e também próxima, tanto à sede colonial, quanto à Vila de Itajaí (Figura IV).

Para a implantação dos novos colonos, as únicas terras que o Governo Imperial autorizou serem adquiridas pelos Diretores das Colônias de Brusque, foram as mil e seiscentas braças de terras do município de Tijucas <sup>12</sup>, origem do município de Nova Trento.

<sup>9</sup> APE/SC - Livro dos Engenheiros. Correspondência expedida e recebida. 1877. n.p.

<sup>10</sup> SOCIEDADE AMIGOS DE BRUSQUE. Álbum do Centenário de Brusque, Brusque, 1960. p. 402.

<sup>11</sup> ASAB/Brusque/SC - Ofício nº 75, de 30.03.1878 - Do Presidente da Província ao Minist. da Agricultura.



As excelentes terras de Pedro José Werner jamais foram adquiridas pelo Governo Imperial para vendê-las aos colonos. Os italianos continuaram a ser canalizados para as áreas mais montanhosas, onde dificilmente teriam sucesso na agricultura.

Por que então continuar a demarcar e distribuir lotes nestas áreas ?

Duas respostas podem ser dadas à questão: a primeira pelo próprio Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Alfredo D'Escragnolle Taunay, em de outubro de 1876 <sup>13</sup>:

*"Porque o elemento germânico, em geral exclusivamente, repelle a fusão com outras raças ..."*

Portanto, para não criar problemas futuros, o Governo, desde o início, teria delimitado bem as áreas de colonização: a germânica e a italiana.

A segunda resposta, é a proposta que ora se formula: a existência de um preconceito a toda colonização que não fosse a alemã, e que era pré-existente mesmo a 1875, quando dão entrada na Província de Santa Catarina, as grandes levas de imigrantes italianos. Como argumento, faz-se uso de um trecho do Diretor da Colônia Brusque, Dr. Luís Betin Paes Leme, ao Presidente da Província, Dr. Delfino

---

<sup>12</sup> Op. cit. - Ver Apêndice , Anexo 4.

Pinheiro d'Ulhoa Cintra, datado de 3 de novembro de 1872 <sup>14</sup>, portanto, anos antes da chegada dos italianos.

*"Cumpre-me aqui repetir a V.Excía. o que já tenho dito nos meus relatórios dirigidos ao Governo Imperial: a única colonização que nos serve é a alemã e os mais colonos que para cá são remetidos, não servem senão para ocasionar despesas ao Estado, são pernicioso exemplo nas Colônias, onde não poucas vezes servem de elementos de desordem, e o que mais é, desacreditar mais a nossa colonização perante o estrangeiro."*

Com a entrada de levas sucessivas de italianos, na maioria, e de alguns franceses, cada vez mais se acentua o preconceito, claramente perceptível na correspondência dos Presidentes da Província com o Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. O trecho que segue é de um Ofício datado de 17 de setembro de 1875, expedido do Desterro <sup>15</sup>:

*"Ainda nesta ocasião peço licença a V.Ex<sup>o</sup>. para declarar que é muito desvantajoso, a imigração de Italianos e Franceses para esta Província, pois raríssimos são os que se guem para as colônias e n'ellas se estabelecem definitivamente. Em geral são elles ar*

<sup>13</sup> ASAB/Brusque/SC.

<sup>14</sup> APE/SC - Livro de Correspondência expedida ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Junho a Dezembro de 1875. n.p.

*tistas, mascates e até alguns caixeiros e guarda-livros e não agricultores como são os allemães que tem vindo para esta Província."*

Com o passar do tempo, e a proporção que dá entrada na Colônia grande número de indivíduos com as mais variadas profissões, muitas vezes portadores de defeitos físicos; cresce a antipatia ao elemento italiano por parte dos Governos Provinciais e pelos Directores das Colônias.

O primeiro item do Contrato Caetano Pinto faz referência ao fato de que 80% dos imigrantes deveriam ser agricultores e os 20% restantes poderiam ser de outras profissões, tendo que ser sadios, laboriosos e possuírem boa moral. Mas, para que tal cláusula viesse a ser cumprida a risca, seria necessário uma fiscalização ou controle nos portos de embarque, o que nunca aconteceu.

Como foi observado, grande número de recém-chegados não eram agricultores. Vieram para o Brasil com a perspectiva de aqui se tornarem proprietários de terras, devido a propaganda corrente na Itália afirmar que o solo era fértil. E o importante era a vontade que tinham de vencer.

Mas a realidade foi bem diferente: as terras eram montanhosas, o isolamento era quase total, aliado ao desconhecimento do espaço que os cercava. A situação era bastante diversa e inesperada daquela que lhes tinha sido

apresentada. A consequência foi o desencanto, o arrependimento, o desespero, a vontade de voltar.

Mas nem todos aceitaram pacificamente às situações a que se viram submetidos. Houve revoltas e motins em vários pontos da Colônia. A principal ocorreu na localidade de Alferes que fazia parte do distrito de Nova Trento. E a ela assim faz referência o Dr. Joaquim da Silva Ramalho, Presidente da Província, em 11 de abril de 1878 <sup>16</sup>:

*"Em referência a sedição, que houve no Alferes, e da qual tratei em telegramma de 8 do corrente, cumpre-me informar a V.Ex.<sup>a</sup> que 400 colonos armados arrombarão a casa da direção, allí existente, dispararão tiros e tentarão contra a vida do Diretor Dr. João de Carvalho Borges Júnior, que felizmente escapou à sanha dos assassinos, como me comunicou em telegramma de 9."*

Consequentemente medidas sérias foram tomadas contra os sediciosos, explicitadas pelo mesmo Presidente:

*"Logo que tive conhecimento do fato fiz seguir para aquelle logar a Companhia de Guarda d'esta Província, sob o Commando do Capitão Cândido Alfredo d'Amorim Caldas, como para a Colônia o Dr. Juiz Municipal de Itajahy, ao qual recommendei que abrisse rigoroso inquérito e procedesse contra os cri-*

---

<sup>15</sup> APE/SC - Livro de Correspondência expedida ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Janeiro a Junho de 1878. n.p.

minosos.

*Outrossim recommendei ao Director que expulsasse da Colônia os turbulentos e que nem a estes, nem aos cabeças da sedicção se pagasse quantia alguma, pois era este o único meio de evitar futuros motins por demora nos pagamentos.*

*A força que seguiu é insufficiente para as diligências, que se tem de fazer para a captura dos sedicciosos ...".*

Este fato aumentaria, ainda mais, a descrença no imigrante italiano, principalmente na Colônia Brusque, onde sempre seria comparado ao de descendência alemã, que muito menos problemas tinha dado e mais resultados práticos estava alcançando dentro da política imigratória.

Não se pode de forma alguma subestimar o problema, que gerou grande número de imigrantes aventureiros, os quais aproveitavam estas ocasiões para tirar proveito. Em decorrência deste fato, abateu-se forte preconceito sobre aqueles que para cá vieram com as melhores intenções, interessados na melhoria de condição de vida.

Grande número de imigrantes que chegaram à Colônia estavam ligados em seu país de origem à atividade sericicultora, bastante difundida no norte da Itália. Pretendeu esse grupo iniciar a atividade na Colônia a níveis industriais, não obtendo porém o apoio das autoridades competentes devido em parte, às situações difíceis que a imigração italiana havia acarretado para as Colônias.

O primeiro Presidente da Província a observar com melhores olhos a colonização italiana é o Dr. Antonio de Almeida Oliveira. Encaminho o mesmo, em ofício de 19 de setembro de 1879, ao Ministério da Agricultura <sup>17</sup>, uma interessante petição de colonos italianos, solicitando ao Governo Imperial o fornecimento de 200.000 mudas de amoreira para a implantação da indústria sericícola na Colônia I tajaí e Azambuja. Justificava ainda, que além de salvar a referida colonização, esta atividade estava fadada ao sucesso devido os colonos já a, conhecerem de seu país de origem, além de ainda poderem cuidar do cultivo de cereais.

A petição dos colonos encaminhada pelo Presidente da Província não obteve resposta. A sericicultura todavia, teria êxito por iniciativa particular em Nova Trento, graças ao espírito empreendedor do Cel. Henrique Carlos Boiteux, que fez vir de Lyon, França, as mudas de amoreira para posteriormente dar início à criação do bicho da seda. A indústria foi bem sucedida:

*"... Em 1886 havia Nova Trento exportado para mais de 100 pipas de vinho e mais de 4.000 pês de amoreira serviam para a alimentação do bombix-mori (bicho da seda), cujas cepas poucos annos antes haviam sido distribuidas gratuitamente pelo Tenente Coronel Henrique Carlos Boiteux, bem como os ovos,*

---

<sup>16</sup> APE/SC - Livro de Correspondência expedida ao Ministério da Agricultura. 1879. Ofício nº 142 - Ver Apêndice, Anexo 5.

*mandados buscar em Lyon."*<sup>18</sup>

As dificuldades de comercialização do produto, a falta de uma técnica mais moderna e o surgimento de novas matérias primas que passaram a concorrer com a seda, fizeram com que esta atividade desaparece, paulatinamente.

Em Botuverã, pelos depoimentos, pode-se constatar ser grande o número de colonos que na Itália trabalhava nessa atividade. Muitos trouxeram consigo o bicho da seda, com o objetivo de reprodução e, portanto, ao lado da atividade agrícola, dedicaram-se também à sericicultura. A falta de estímulos, somada às dificuldades, fez perder-se no tempo a iniciativa na área.

---

<sup>17</sup> BOITEUX, Henrique. O município de Tijucas Grande e Porto Bello. Florianópolis, Liv. Central, 1928.

## 4 - OS RESULTADOS DA COLONIZAÇÃO

### 4.1 - Economia e Sociedade

A área de maior concentração de elementos italianos dentro da antiga Colônia Brusque, ficou sendo a que compreende as localidades de Cedro, Águas Negras, Porto Franco<sup>1</sup> e Ribeirão do Ouro.

Em virtude de certo isolamento em relação ao local onde evoluiu a sede da Colônia, guarda características diferentes da área que a precede, geograficamente, ou seja, a de colonização alemã.

Como já foi exposto anteriormente, trata-se de uma área acentuadamente montanhosa, com pequenas várzeas e onde a implantação de uma agricultura de porte tornou-se muito dificultada.

Tendo-se em média 25 hectares, recebido pelos colonos, era em regra na sua maior parte, acidentado, com fortes declives. Essa situação do terreno pode ser considerada como uma das principais causas que levaram muitos a abando narem seus lotes, buscando sua sobrevivência com outro ti

---

<sup>1</sup> Porto Franco viria a constituir-se mais tarde no Município de Botuverã, e as localidades citadas, distritos do referido município.

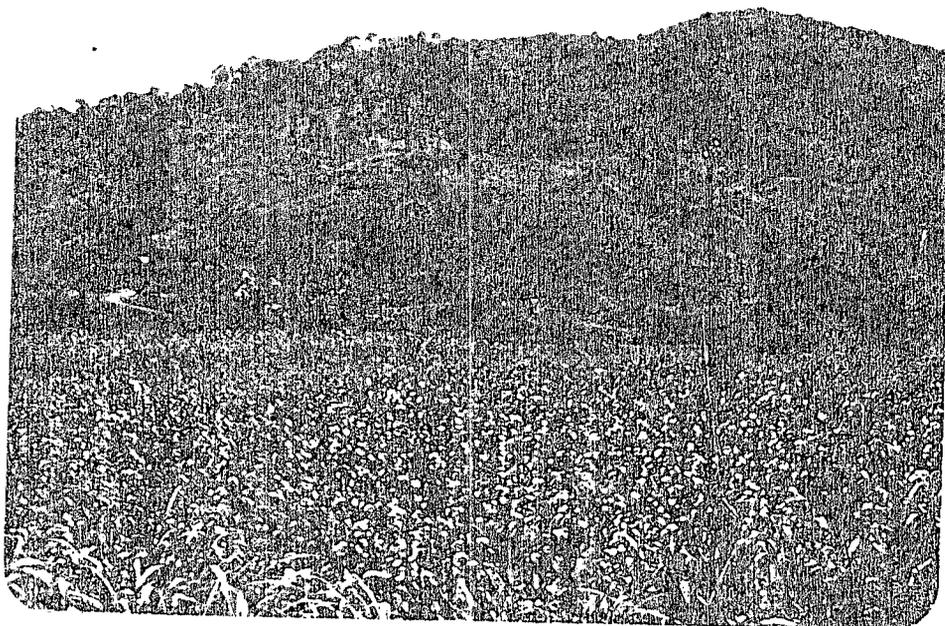


FOTO 4 - Em primeiro plano, lavoura de milho, colinas e outras lavouras. Ao fundo, áreas com florestas remanescentes.

po de atividade que não fosse a agricultura. Vários deixaram a Colônia, voltando para a Itália ou foram em direção aos países do Prata.

Aos que ficaram, por não disporem de recursos para saírem da Colônia, poucas alternativas restavam. Uma delas seria adaptarem-se ao meio e procurar tirar do seu lote, através da agricultura, a sua subsistência. Tomada esta decisão, procediam-se as operações ligadas ao uso da terra, iniciando-se pelo desmatamento.

Entre os principais produtos, objetos de culti-

vo, figuravam o milho<sup>2</sup>, o feijão, a batata, o aipim, a mandioca e a cana-de-açúcar.

Pelos depoimentos de descendentes<sup>3</sup>, muitos tentaram o plantio do trigo, cultura a que estavam habituados, mas sem resultados positivos.

Devido o terreno acidentado, os lotes em geral produziam pouco, e tudo era consumido pelas próprias famílias. No caso de excedente, o mesmo era trocado nas "vendas"<sup>4</sup> locais por gêneros de maior necessidade (querosene, trigo, açúcar, sal e equipamentos agrícolas).

Em entrevista realizada, perguntou-se a razão dos antepassados não haverem se dedicado à pecuária, e foi respondido que o único mercado para os produtos, seria a vila de Brusque. Tendo a mesma situação econômica e o mesmo tipo de produtos, não haveria mercado esses artigos, pois ainda levariam o inconveniente de serem mais caros, devido as dificuldades com o transporte.

---

<sup>2</sup> O milho continua sendo a base alimentar do colono de origem italiana até hoje. Com a farinha de milho faz-se a polenta, prato indispensável na sua alimentação.

<sup>3</sup> PEDRINI, Dionísio. Entrevista citada a Roselys C. dos Santos, em 25/01/79 - Arquivo de História Oral da UFSC sob o registro

<sup>4</sup> Pequenos estabelecimentos comerciais que representavam em pórios em miniatura. Funcionavam muitas vezes como agências bancárias.

Outra alternativa que muitos preferiram foi o extrativismo vegetal. Sendo a área rica em madeiras, esta matéria prima possibilitou comercialização mais fácil. Diversas serrarias implantaram-se pela área - o engenho da serra<sup>5</sup> - como é chamado. A madeira ficou sendo a base econômica de muitas famílias que passaram a trabalhar na extração e transporte da mesma até o centro mais próximo, no caso Brusque, onde era comercializada. Inicialmente, como as estradas não passassem de simples picadas, seus trans-

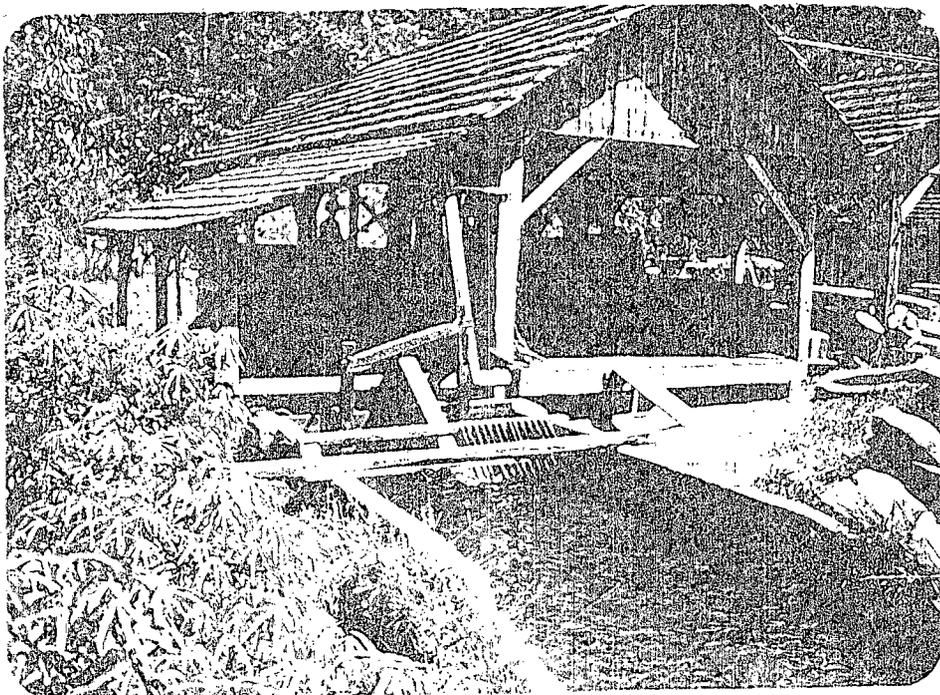


FOTO 5 - Tipo de engenho de serra acionado por força hidráulica.

<sup>5</sup> Os engenhos de serra constituem-se numa construção rústica que serve de abrigo a uma serra circular movida por roda d'água.

porte era feito pelo rio. As toras eram amarradas umas às outras, formando pequenas balsas. Esperava-se o rio sair de seu nível normal para então descer com a madeira.

Esta atividade econômica foi a mais rendosa para a maioria dos colonos e perdura até nossos dias na região.

Já no século atual, com a descoberta das jazidas de calcáreo, passou-se a explorá-lo em alta escala. Grande parte de sua produção é canalizada para o vizinho município de Itajaí, para indústria de cimento. Outra parte fica na região, nas fábricas de cal e corretivos do solo.

Por volta de 1925, os mais antigos falam de uma maior movimentação econômica na região, com a descoberta de ouro no leito do rio Itajaí-Mirim. A atividade, porém, durou pouco, devido às dificuldades para extração e o pouco rendimento da exploração. Muitos abandonaram suas roças pela "febre do ouro", mas a desilusão veio rápido, tendo como saída apenas o retorno a suas antigas atividades.

As dificuldades com a agricultura e as facilidades com a extração, transporte e comercialização da madeira e calcáreo, transformaram gradativamente a região, destinada inicialmente a ser agrícola em área de extrativismo, em que existia mercado (caldeiras das indústrias), ou como consequência das terras agricultáveis (sistema de rotação de terras, aproveitando-se a comercialização da madeira derrubada.

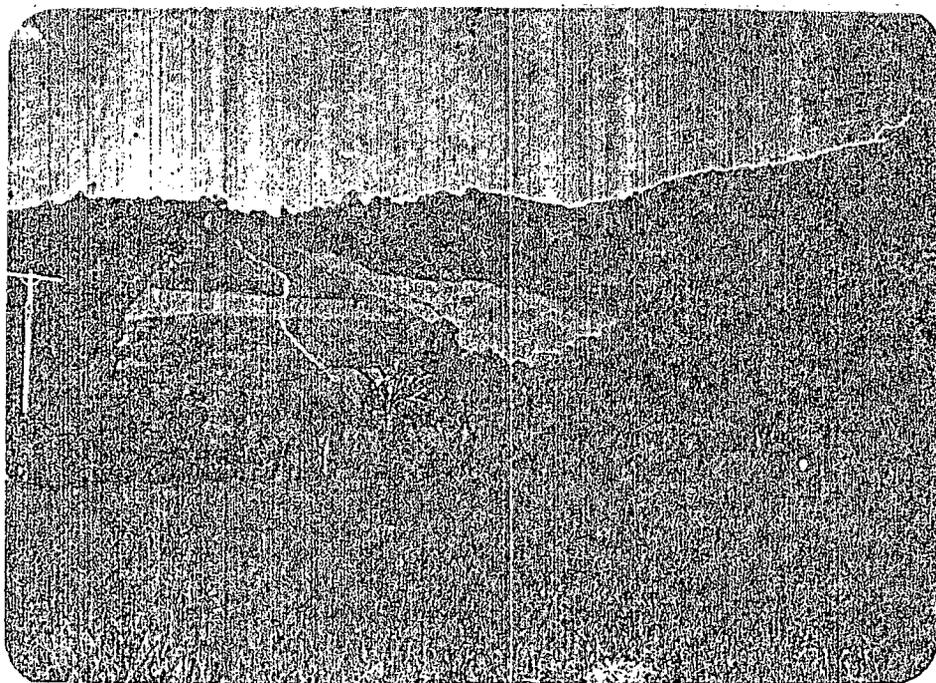


FOTO 6 - Visão da atividade policultora: arroz, milho, cana-de-açúcar. A encosta exibe um material argiloso que contrasta em geral com os terrenos mais planos, mais arenosos.

A todas as dificuldades a que o colono se viu su jeito somava-se a do isolamento em relação à sede da Colônia, razão porque em 1907 a área já se encontrava em deca dência econômica. O fenômeno é assim analisado pelo agri mensor Max Schumann<sup>6</sup>:

*"No Ribeirão de Ouro encontra-se regiões de matas completamente derrubadas".*

<sup>6</sup> SCHUMANN, Max - Uma excursão no Centro de Brusque. Novi dades, Órgão Noticioso, Itajaí, 20/09/1907 - p. 2

E prossegue o mesmo autor:

*"Os estabelecimentos dos moradores, sejam benfeitorias, sejam cultura, denotam um estado de decadência e a miséria d'aquella gente ali como puxadores de madeira. Choupanas tristes e plantações numa escala que não dá para o sustento da própria família".*

A concretização do ideal de melhoria econômica e social não chegou a ser consolidado pela maioria dos imigrantes, que vieram buscá-lo nos apertados vales do Itajaí-Mirim. Uma minoria alcançou algum sucesso, não na qualidade de lavradores ou puxadores de madeira, mas como negociantes<sup>7</sup>. Estes, em geral, tiveram lucros avantajados devido venderem aos colonos, a crédito e a preços elevados. Por ocasião da colheita via-se o colono obrigado a entregar seu produto pelo preço que lhe fosse ofertado.

A maioria da população da região continuou com a atividade agrícola a nível de subsistência até o advento da cultura do fumo, que viria em parte, alterar a situação. Isto já neste século, por volta de 1930.

Desde o início da colonização, a região revelou-se boa para este tipo de cultura. Daí, várias companhias

---

<sup>7</sup> MAC-DONALD, Caruso - Colonização italiana em Santa Catarina. Novidades, Órgão Noticioso, Itajaí, 11 de abr. de 1909. p. 3



FOTO 7 - Casa de madeira típica dos colonos. Anexo, observa-se estufa para secagem de fumo.

de fumo passaram a estimular o plantio na área, acompanhando sua cultura com técnicos que instruem o colono no plantio, secagem e armazenagem do produto, orientando ainda no uso de adubos e corretivos do solo e no combate às pragas da lavoura.

Após a colheita, os terrenos usados anteriormente para o fumo são utilizados para outras culturas, entre elas, milho, feijão, batata, etc.; portanto, culturas de subsistência. Concomitantemente destacam-se os extrativismos vegetal e o mineral. Vegetal, por constituir-se a área em verdadeira reserva de madeiras para os mais variados fins; mineral, pela extração do calcário.



FOTO 8 - Uso dos terraços fluviais para culturas diversas, principalmente de fumo.

Apesar dessa diversificação de recursos econômicos, é significativa a saída de jovens da região, devido a unidade de trabalho não permitir uma grande densidade de pessoas. Buscam, os mesmos, novas fontes de trabalho no Paraná e Mato Grosso. Quase todas as famílias têm filhos residindo nestes Estados, na condição de colonos.

Um estudo valeria a pena ser feito para se avaliar as dimensões desta migração interna.

#### 4.2 - Atividades Culturais

O fato da colônia italiana estar inserida num con texto maior, que é a área de cultura germânica, prejudica em parte os traços culturais, fazendo com que ela não seja tão marcante como em outras colônias í talo-brasileiras.

O presente estudo não é comparativo, mas pelo co nhecimento que se tem das manifestações culturais de outras áreas de colonização italiana, principalmente no sul do Estado, pode-se concluir que nelas a tradição permaneceu mais marcante.

Nestas colônias, porém, o italiano foi o elemen to dominante, o que não aconteceu com a área que se estu da.

No caso pesquisado, o grupo careceu de consistên cia, pois sendo minoria, não foi atuante, tendo constantemente que submeter-se a valores externos. Conseqüente e gradativamente, a maioria de seus valores tradicionais tor naram-se culturas enfraquecidas, desvaneceram-se no contex to.

O baixo poder aquisitivo da maioria da população também pode ser tomado como responsável, em parte, pela si tuação.

A falta de uma escola italiana, também pode ser considerada como responsável pela perda de parte da cultu

ra original. Esta escola, se existiu foi efêmera e a documentação existente, a ela não faz referência.

De qualquer forma, se traços culturais marcantes perderam-se com o tempo, muita coisa permaneceu com relação à culinária, atividades lúdicas, cancionero e festas religiosas.

#### 4.2.1 - Culinária

Entre as comidas que fazem parte do cardápio diário do imigrante italiano constavam o pão, a polenta, as massas, o vinho e os queijos. As dificuldades no estabelecimento na região fizeram com que gradativamente este cardápio fosse alterado.

O pão de farinha de trigo e as massas foram substituídos. O primeiro passou a ser feito com farinha de milho, cará, aipim e as massas com farinha de trigo passaram a ser pratos dominicais e não mais do dia a dia.

Responsável por esta alteração foi o fato da farinha de trigo ter que ser comprada, devido a impossibilidade da cultura do trigo, e nem sempre o colono dispor dos meios para adquiri-la.

O hábito do copo de vinho às refeições, também teve que ser abandonado. A impropriedade da terra, para a cultura da uva, fez com que este costume alimentar fosse

deixado de lado, sendo substituído da primeira à última refeição pelo café. Permaneceu a polenta, preparada com vários tipos de molhos, acrescida de queijo, por disporem a maioria dos colonos, de vacas. Ele é produzido de forma artesanal, e bastante variada.

#### 4.2.2 - Atividades lúdicas

Dois tipos de jogos bastante comuns na região são a "bocha" e a "mora". Foram trazidos pelos primeiros colonizadores. O primeiro é assim descrito por Piazza<sup>8</sup>:

*"Em terreno plano, dois ou mais contendores, se alinham para a disputa de uma partida.*

*São oito bolas (bochas) e um bolim. O bolim é o marcador, o orientador da jogada.*

*As bochas são jogadas de maneira a ficarem próximas ao bolim.*

*Quanto mais próximas, melhor. E é com essa orientação que se processam as jogadas.*

*As partidas são disputadas em várias jogadas até alcançar a soma de 20 pontos para um dos contendores.*

*Quem vence uma jogada dispõe do bolim na jogada imediata. E quem perde paga as despesas feitas com vinho, cerveja, churrasco ou o valor da aposta".*

---

<sup>9</sup> PIAZZA, Walter F. - Aspectos folclóricos catarinenses. Florianópolis, Comissão Catarinense de Folclore, 1953. p. 117-8.

Com relação ao jogo da "mora", prossegue a descrição do mesmo autor:

*"A mora é um jogo de mesa. Os jogadores são sempre pares. Jogam apontando os dedos. E ao apontar os dedos batem com os punhos na mesa e gritam um número. Ao apontar um de do gritam uni, se mostram dois berram doi, três exclamam tre, quatro dizem quatri, cinco é tchinque, e seis, que é o máximo, sei. As jogadas ganhas valem um ponto.*

*As partidas são, em geral, de dez, quinze e quando muito vinte jogadas, dependendo, entretanto, de um prévio ajusta entre os jogadores".*

Estes dois jogos permaneceram como principais atividades lúdicas, sendo geralmente disputados nas "bodegas" locais<sup>9</sup>. Ao lado destas, ou na frente, situa-se a cancha de bocha.

#### 4.2.3 - Cancioneiro

Um dos fatores mais marcantes em toda a área de colonização italiana é, talvez, o dom da musicalidade de seus componentes. Conseqüentemente, o cancioneiro preservou-se.

---

<sup>9</sup> Bodegas: casas comerciais nas áreas de colonização italiana, onde entre outras coisas, vendem-se bebidas.

A assertiva pode ser confirmada pelo trabalho de Ledra<sup>10</sup>. Através de reuniões com os descendentes mais antigos, conseguiu coletar em Botuverã, Ascurra, Brusque, Nova Trento e Siderópolis, mais de cem canções em italiano, trazidas pelos ancestrais, cem anos após seu estabelecimento no Brasil.

Seu trabalho está contido no livro "Cancioneiro do Imigrante Italiano". O grande mérito do trabalho está no fato de que pelo menos as letras das canções estão preservadas.

#### 4.2.4 - Tradições religiosas

A religião católica é comum a todos os descendentes de italianos em Botuverã. Neste aspecto, as tradições religiosas permanecem bastante vivas e muito poucas alterações sofreram com o decorrer dos anos. O depoimento que segue demonstra claramente esta situação<sup>11</sup>:

*"A religião dos descendentes daqui se conservou mais do que nos da Itália. Hoje ainda em Botuverã, quem acompanhar um enterro, ou virã os mesmos cantos que se cantavam em 1878 na Itália. Os mesmos livros de cantos*

---

<sup>10</sup> LEDRA, Vitório - Cancioneiro do Imigrante Italiano. Brusque, Ed. Mendes, 1976.

<sup>11</sup> MERICO, Alexandre - Entrevista citada.

*trazidos em 1878, ainda hoje são conservados em Botuverã para os enterros".*

E continua o entrevistado:

*"Outro exemplo é a oração do Angelus ao meio dia, ainda rezada em italiano. Outra tradição são as procissões da semana da Ascensão, uma tradição muito cultivada na Itália e que ainda eles conservam hoje".*

A devoção e o culto religioso também foram transplantados e conservam-se bastante vivos. A Virgem Maria é cultuada sob os títulos de Nossa Senhora do Caravaggio, Nossa Senhora del Monte e Nossa Senhora del Perpétuo Socorro.

Portanto, em síntese, é este o panorama da colonização italiano no Vale do Itajaí-Mirim, mais particularmente, no antigo distrito de Porto Franco, atual município de Botuverã.

C O N C L U S Ã O

A colonização italiana no médio vale do Itajaí-Mirim é decorrente da política de imigração oficial do segundo Reinado, posta em prática com maior vigor, após cessarem as questões externas, com o término da Guerra do Paraguai. As atenções dos parlamentares brasileiros voltaram-se para o interior do Brasil, preocupando-se com grandes áreas devolutas e como única forma para ocupá-las, a intensificação da política imigratória.

Com este objetivo firmou o Governo Imperial Brasileiro, com o Comendador Joaquim Caetano Pinto Júnior, um contrato registrado como Decreto nº 56.663, de 17 de junho de 1874, pelo qual se comprometia o Contratante em colocar dentro do prazo de dez anos, cem mil imigrantes no sul do Brasil, excetuando-se a Província do Rio Grande do Sul.

Como decorrência dos fatos expostos, pode-se ressaltar:

1. Para que a aplicabilidade do Contrato Caetano Pinto, necessário se faria, por parte do Contratador, através dos órgãos competentes, um levantamento das áreas para onde se pretendesse canalizar o elemento europeu; verificar suas reais capacidades para a fixação do elemento

humano e as condições para implantação da agricultura, por ser esta a meta da política imigratória. Feitas as constatações preliminares, passar-se-ia aos trabalhos de medição dos lotes nas áreas agricultáveis, a fim de que quando o colono chegasse, o mínimo necessário a seu estabelecimento e da família estivesse pronto.

Outrossim, como o Contrato estabelecia normas quanto à "qualidade" do colono que deveria entrar no país, uma fiscalização se faria necessária por parte do Contratador, nos portos de embarque, com a finalidade de evitar problemas futuros. Verificou-se pela pesquisa, que tais medidas não foram tomadas, talvez pela exiguidade de tempo que separa a assinatura do Contrato (17 de julho de 1874) e a chegada das primeiras levas, a partir de fevereiro de 1875.

Conseqüentemente, como as levas imigratórias eram sempre grandes e como não havia lotes medidos para acomodá-las, foram as mesmas colocadas em barracões de recepção, onde ficaram acumulados durante meses, sem as mínimas condições de higiene, sujeitos a doenças contagiosas, que fizeram grande número de vítimas.

A desorganização e a falta de normas gerais para a aplicação do Contrato, geraram situações embaraçosas para os que chegavam, e para os que os recebiam.

O inconformismo levou muitos imigrantes a aban-

donarem a Colônia, mesmo após haverem recebido os subsídios governamentais; isto deveu-se ao fato de terem sido ludibriados pelos agentes do Contratante, que lhes tinham exaltado as qualidades e as condições de terra. E para aumentar o problema, a maioria dos recém-chegados desconhecia as línguas alemã e portuguesa, dificultando desse modo a comunicação.

2. Os terrenos próximos à sede colonial já estavam praticamente ocupados quando chegaram os imigrantes italianos. Restavam latifúndios, não ocupados com agricultura, de propriedade particular, e as terras montanhosas onde nasce o rio Itajaí-Mirim, cujo vale principal e secções transversais são bastante estreitas e declivosas. Para esta última região foram, em grande parte, encaminhados os novos contingentes.

A área montanhosa, o solo de certa uberdade mas vulnerável ao esgotamento rápido, foram causas que impediram um maior desenvolvimento agrícola e pecuário.

A distância e o isolamento em que se confinava o colono - Porto Franco (atual Botuverá), dista 30 quilômetros da sede colonial, foi outro fator do pouco progresso da área.

Salienta-se, pois, a peculiaridade geográfica, como condição adversa, que influiu fortemente no sentido do baixo nível econômico da região.

3. As consequências da falha execução do Contrato Caetano Pinto recaíram sobre o contingente italiano, que passou a ser visto pelos órgãos oficiais como o único responsável pelos problemas vigentes, e considerado "desordeiro", "malandro", "sem aptidões para agricultura" - principal objetivo da política imigratória.

Sendo assim, conclui-se que a distante localização deste colonos da sede colonial tenha sido uma forma de distanciar os problemas.

O preconceito, porém, não foi apenas responsável pela má localização dos imigrantes italianos. Atribuiu-se-lhe, ainda, responsabilidade pela subestimação ao potencial de outras aptidões, que não a agricultura. Constatou-se que grande número de colonos, em seu país de origem, estava ligado à sericicultura e pretendiam implantá-la na Colônia. A solicitação de recursos para início dessas atividades, enviada ao Governo Imperial, não obteve resposta.

Admite-se que o interesse governamental pela sericicultura, teria resgatado em parte o investimento com a imigração.

O pouco estímulo, o relativo isolamento somados a outras adversidades, envolveram gradativamente o colono, levando-o a lutar quase que unicamente pela sua sobrevivência, abandonando grande parte da cultura transplanta

da. A não existência de uma escola para os filhos dos colonos, teria sido em parte, responsável pela situação.

Para reforço das conclusões, utiliza-se o "Mapa de influência das etnias no município de Brusque", onde é evidente que apesar da área de influência italiana ser bastante grande, o nome das localidades pouca ou nenhuma idéia dá de sua influência, o que não acontece na área alemã.

Sendo isso, tende-se a admitir que o desinteresse das autoridades governamentais foi determinante para o insucesso desta colonização.

4. Basicamente, constituiu-se a economia da região em agricultura de subsistência e extrativismo vegetal e mineral, devido a peculiaridade da área geográfica.

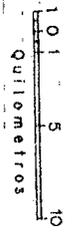
A reduzida rentabilidade econômica destas atividades, faz com que o elemento jovem saia da localidade, em busca de melhores condições econômicas. Este fator pode ser considerado ainda como o responsável pelo desaparecimento gradativo de elementos culturais, transplantados pelos ancestrais e que tendem a desaparecer totalmente.

Como complemento ao trabalho pretende-se:

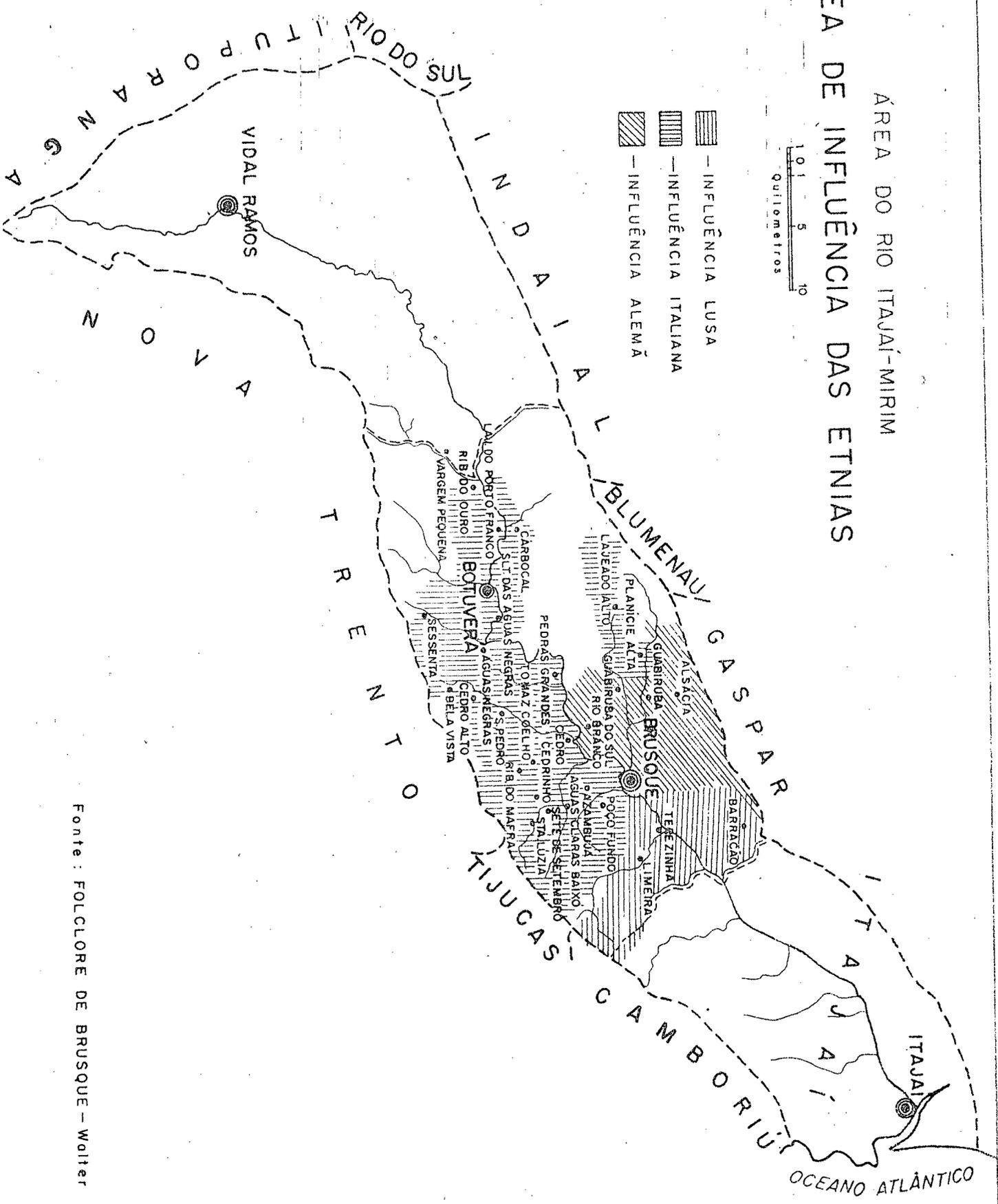
- a) estudo demográfico da Colônia Brusque até sua emancipação (1882), com o objetivo de se avaliar as quantidades reais de imigrantes, sua procedência e obje

# ÁREA DE INFLUÊNCIA DAS ETNIAS

ÁREA DO RIO ITAJAI-MIRIM



-  — INFLUÊNCIA LUSA
-  — INFLUÊNCIA ITALIANA
-  — INFLUÊNCIA ALEMÃ



Fonte : FOLCLORE DE BRUSQUE — Walter F. Piazz

tivamente conseguir avaliar a intensidade de sua contribuição no desenvolvimento econômico do Município;

- b) o estudo das migrações internas do contingente evadido;
- c) um levantamento da atividade sericicultora no Estado de Santa Catarina, mais especificamente, na área de Nova Trento, essencialmente colonizada por italianos, com o objetivo de verificar se a técnica da fiação de seda teria influenciado na do algodão e, portanto, contribuído para o desenvolvimento industrial do município de Brusque.

Objetivou-se com o presente trabalho, dentro das hipóteses fixadas na introdução, fornecer mais uma fonte de pesquisa e contribuição à história da colonização de Santa Catarina. Uma tentativa de levantar um problema e verificar suas causas, alertando os órgãos oficiais do governo para uma situação que permanece até nossos dias.

A P P E N D I C E  
=====

D O C U M E N T A L  
=====

A N E X O 1

Colônia Itajahy, 10 de janeiro de 1877.

Ilmo. e Exmo. Sr.

(Conselheiro Geral das Terras e Colonização)

Cumprindo com o que me foi ordenado por V.Exa. a 13 do corrente, é que me cumpre ter a honra de informar a V.Exa. o seguinte:

A Colônia Itajahy foi fundada em 4 de agosto de 1860 no primeiro território medido em 1858 pelo Major de engenheiros Carlos Riviere. Sua sede acha-se junto à margem do rio Itajahy-Mirim e dista da cidade de Itajahy 38 Kilometros para onde se comunica directamente por meio de uma excelente estrada de rodagem, sendo que também tem a via fluvial onde navegam lanças com calado de 66 centímetros, podendo transportar para mais de seis toneladas métricas.

A sede contém 140 lotes urbanos, os quais se achão todos distribuídos e não existindo mais terrenos devolutos junto a ella não lhe é possível desenvolver-se. Julgo que seria muito conveniente que o Governo Imperial effectuasse a compra de um terreno particular pertencente ao cidadão Pedro José Werner, terreno este que fica contíguo a sede pelo lado leste; em um anno depois de dividido em lotes urbanos a venda dos mesmos produziria quantia superior ao seu custo.

Não resta dúvida alguma que esta Colônia será em pouco tempo uma das mais importantes desta Província e a actual sede depois de augmentada tornar-se-há uma linda e

importante povoação e mais tarde cidade.

A sua posição astronômica é a seguinte:

Latitudes 27º - 5' - 4"

Longitude oeste do

Rio de Janeiro 5º - 50' - 6"

A superfície desta colônia era de 18.496 hectares e tendo-lhe sido anexada em Dezembro de 1869 a ex-Colônia Príncipe Dom Pedro, de igual superfície, temos que as duas se ..... 36.992 hectares actualmente, porém aproximadamente é ella de 70.000 hectares.

Em 1875 a sua população era de 4.568 pessoas e os lotes distribuídos 724.

Durante o anno passado a sua população foi augmentada de cerca de 4.000 almas e foram preparados 1.123 lotes. Assim pois durante 15 annos só conseguiu obter 4568 pessoas, no entretanto que só no anno próximo passado a sua população quasi que duplicou.

Em 15 annos foram distribuídos 424 lotes, no entretanto que só no anno passado foram preparados também quasi o duplo.

Não resta pois dūvida alguma que este importante núcleo colonial, graças a solícitude do Governo Imperial, tem tido um bem dirigido desenvolvimento: terrenos que hā um anno erāo desconhecidos e em matta virgem hoje achāo-se em grande parte cortados por vias de communicacāo e as mattas entregues a lavoura, principal fonte de prosperidade e riqueza para este abençoado solo.

Muito rápido por certo teria sido o seu desenvolvimento e despesas muito menores se teria feito se os colonos logo que aqui chegarāo tivessem encontrados seus lotes medidos e as estradas feitas para nellas se transportarem.

São tantos porém os novos districtos onde se tem procedido as medições de lotes que não tem sido possível que a feitura das estradas tivessem o desenvolvimento que era para desejar, no entretanto a Directoria tem empregado os maiores esforços no intuito de com a possível presteza se possa obter desideratum para o que se achão em trabalho cerca de 1.800 trabalhadores, os quais estão divididos em todos os districtos novos, nos quaes achão-se em construção cerca de 2.500 kilometros.

No que diz respeito a estradas possui actualmente esta colônia as seguintes:

Estradas de rodagem	245 Kil.
Caminhos para cargueiros	145 Kil.
em construção	250 Kil.

O pessoal de que eu dispunha quando o Governo Imperial se dignou encarregar-me dos trabalhos de medição nesta colônia era muito diminuto (dois agrimensores). A medida porém que augmentava o número de immigrants a Directoria pedia-me que augmentasse o número dos mesmos.

(Continua ...)

Colônia Itajahy, 20 de janeiro de 1877.

Pedro Luĩs Taulois

Engenheiro Chefe da comissão encarregada  
da medição na Colônia Itajahy

A N E X O 2

PALÁCIO DA PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA

Of. nº 166

Em 07 de julho de 1876.

Exmo. Sr.

Tenho a honra de passar as mãos de V.Exa. o succulento e succinto relatório que como preliminar de outros e mais desenvolvidos trabalhos, o Engenheiro Antonio Florencio Pereira do Lago, em data de 26 do corrente, apresentou-me de volta de sua inspecção às Colônias Blumenau e Itajahy. A impressão que da visita recebeu aquelle Engenheiro, não foi de todo desfavorável aos dous núcleos coloniaes, mas, com a sua habitual segurança de vistas elle feriu as causas primordiaes que obstat em toda essa região, não sō a grandes desenvolvimentos como exageram das esperança em futuro ainda que longíquo: a estreiteza dos valles em que se formaram as colônias e acima de tudo a pouca uberdade do solo. Cesse com efeito em qualquer ponto a tutela do Governo, que é presentemente a fonte única d'abundância e os habitantes se dispersarão a buscarem terrenos que melhor reconheçam os seus esforços como já se deu nesta Província.

Blumenau, fundada hã 24 annos por um cidadão reconhecidamente intelligente e dedicado, que desde os primeiros dias de sua criação tem dirigido sem interrupção e com evidente zelo aquelle núcleo, que tantas promessas parecia conter. Blumenau não apresenta hoje senão dous con

trastes singulares: de um lado estradas quasi luxuosas , cuja construção tornou-se o meio de dar occupação aos colonos, não s̄o faltosos de lotes medidos, como recém-chegados a affluir em seguida e exageradamente, do outro uma cultura acanhada, que pode trazer como na verdade traz, felicidade individual, mas que nenhuma riqueza acarretará, já não digo para a região e ainda menos para a Província inteira, mas para o próprio colono que quando muito desfruta vida tranquilla e ao abrigo de maiores necessidades. Será esse o resultado almejado depois do dispendido de sommas elevassimas? Para confirmar o que levo dito, basta reflectir que, 11.000 colonos alli existentes, s̄o cento e poucos puderam até hoje pagar nos prazos os lotes em que estão estabelecidos desde há muitos annos.

Itajahy, com a desvantagem clara e evidente da mudança repetida de Directores e portanto os desvios de vistas administrativas e de um plano uniforme de gerência , Itajahy em condições pouco superiores em relação à fertilidade das terras, s̄o tem. na mais favorável hypothese, diante do seo futuro da Blumenau. Alli houve então verdadeiro desperdício dos dinheiros públicos na criação de edifícios inúteis, uns, dispendiosos todos e na execução d'estradas de rodagem. Diante dos olhos tenho a photographia dos principais edifícios, entre os quaes figuram uma espaçosa casa para as sessões da Associação Agrícola e a Igreja Matriz, tudo em geral em flagrante desproporção com a acanhada produção de todo aquelle valle. Cumpre-me lembrar a V.Exa. que s̄o na Igreja se gastaram já 70.000\$000 réis que ella não se acha concluída e não se concluirá com mais 20.000\$000 réis. Do mesmo modo é o plano ainda da felizmente não encetado do projectado templo protestante.

Depois de passados lustros uns ap̄os outros , as palavras do Doutor Lago, segundo informações que de todas as fontes tenho colhido, são a exacta expressão da verdade: "Nas colônias gyra bastante dinheiro para alimentar a

nimado commércio, mas ellas na qualidade de simples consumidoras, são verdadeiros centros importadores, que, por não terem productos que exportar, dão em retorno o numerário conseguido quasi todo e immediatamente do Thezouro Nacional.

Esta situação melindrada e que pinta ao vivo o Estado de Blumenau e Itajahy, é aggravado de modo evidente pela chegada contínua de novos e novos emigrantes. Accumula-se gente nos barracões de recepção, lá ficam seis e mais mezes a receberem subsídios do cofre público e a espera de lotes medidos para serem localizados. Avultando o número de braços desocupados veem-se então os Directores obrigados a dar-lhes o inconveniente, inconvenientíssimo trabalho de jornaleiros, a que naturalmente se affeioam os recém-chegados desprendendo-se de todo da terra que deviam cultivar e afinal amar como acontece com todo o agricultor.

A primeira medida aconselhada pelas circunstâncias e que o Doutor Lago aponta com razão é a cessação prompta sem detença da remessa de colonos para os apertados valles de Itajahy e Blumenau. Sem isso, sem a collocação completa dos imigrantes já introduzidos, é impossível sanar as irregularidades que provem da pouca estabilidade de todos aquelles que desejam a definitiva localização, motivo pelo qual lembrarei a V.Exa. a necessidade de crear colônias nos valles do Tubarão, cujas condições caso sejam assim aprovado passarei a estudar com o Doutor Lago afim levar por diante esse passo a meu ver ...

Outra origem de gasto, essa então completamente inútil, os dinheiros públicos, tem sido a qualidade do pessoal que os agentes da colonização enviaram por vezes e ainda enviam para o Brazil. Em geral os Italianos, ainda casados e com famílias constituem má colonização e presentemente dão-se a desordens e há sobressalto na população de Blumenau e Itajahy por causa da gente d'essa nacionali-

dade que além dos mais para cá veio, sendo muitos solteiros, uns de notório mau procedimento e outros até saídos do fundo das cadeias. Os Franceses também tem provado bastante mal e não poucos d'elles se-me tem apresentado nesta Capital, pedindo simplesmente e sem desfarçamento passagem gratuita para Montevideó depois de poucos mezes de estada nas colônicas e recebidas todas as vantagens pecuniárias que o Governo Imperial lhes proporcionara com verdadeira liberalidade. Um desses que impetrava repatriação e era completamente cego e declarou-me que quando sahira da Europa, já não tinha vista ... Taes abusos carecem serem rigorosamente cerceados.

Dando com franqueza as informações que chegaram ao meu conhecimento breve terei ensejo de nova e mais individualmente officiar a V.Exa. sobre o mesmo assunto que muito me preocupa depois das instantes recomendações que do Governo Imperial recebi a partir para esta Província.

Deos Guarde a V.Exa.

Alfredo D'Escragnolle Taunay

Ilmo. Sr. Conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida, Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios d'Agricultura, Commércio e Obras Públicas.

(Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. In: Livro de Correspondência Expedida ao Ministério da Agricultura, julho a dezembro de 1876, n.p.)

A N E X O    3  
=====

DECRETO Nº 6663 - de 17 de Junho de 1874.

Autorizo a celebração do contrato com Joaquim Caetano Pinto para importar no Império 100.000 imigrantes europeus.

Atendendo ao que me requereu Joaquim Caetano Pinto Júnior, Hei por bem autorizar a celebração do Contrato para, por si ou por meio de uma sociedade ou companhia que organiza, introduzir no Império (exceto na Província do Rio Grande do Sul) cem mil (100.000) imigrantes europeus, de conformidade com as cláusulas que com este baixam assinadas por José Fernandes da Costa Pereira Júnior, do Meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em dezessete de junho de mil oitocentos e setenta e quatro, quinquagésimo terceiro da Independência e do Império.

COM A RUBRICA DE SUA Magestade I Imperador

José Fernandes da Costa Pereira Júnior

Contrato entre o Governo Imperial e Joaquim Caetano Pinto Júnior para por si ou por meio de uma companhia, introduzir no Brasil, dentro de 10 anos, 100.000 imigrantes, debaixo das seguintes condições:

I

Joaquim Caetano Pinto Júnior obriga-se, por si

ou por meio de uma companhia ou sociedade que poderá organizar, a introduzir no Brasil (excepto na Província do Rio Grande do Sul) dentro do prazo de 10 anos 100.000 imigrantes Alemães, Austríacos, Suíços, Italianos do norte, Bascos, Belgas, Suecos, Dinamarqueses e Franceses, agricultores, sadios, laboriosos e moralizados, nunca menores de dois anos, nem maiores de 45, salvo se forem chefes de família. Desses imigrantes 20 por cento poderão pertencer a outras profissões.

## II

O prazo de 10 anos começará a correr depois de 12 meses, contados da data de elaboração do contrato; o empresário, porém, poderá dar começo à introdução de imigrantes antes de findos os 12 meses, se o Governo o permitir.

## III

O número de imigrantes não excederá de 5.000 no primeiro ano, podendo ser elevado a 10.000 se o Governo assim determinar; mas nos anos subsequentes o empresário será obrigado a introduzir até 10.000, ficando qualquer excesso dependente de prévio consenso do mesmo Governo.

## IV

O empresário receberá por adulto as seguintes subvenções: 125\$000 pelos primeiros 50.000 imigrantes, - 100\$000 pelos 25.000 seguintes, 60\$000 pelos últimos 25.000, e a metade destas subvenções pelos que forem menores de 12 anos e maiores de dois.

## V

Estas subvenções serão pagas na Côrte, logo que os imigrantes forem recebidos pelo funcionário competente no porto de desembarque da Província a que se destinarem.

## VI

Nem o Governo nem o empresário poderã haver dos imigrantes, a título algum, as quantias despendidas com subsídios, socorros, transportes e alojamento dos mesmos imigrantes.

## VII

O Governo concederã gratuitamente aos imigrantes hospedagem e alimentação durante os primeiros oito dias de sua chegada, e transporte até as colônias do Estado a que se destinarem.

## VIII

Igualmente garantirã aos imigrantes que se queiram estabelecer nas colônias do Estado a plena propriedade de um lote de terras, nas condições e preços estabelecidos no Decreto nº 3.748, de 19 de janeiro de 1867, e obrigar-se-ã além disso a não elevar o preço das terras de suas colônias sem avisar o empresário com doze meses de antecedência.

## IX

Os imigrantes terão plena e completa liberdade de se estabelecerem como agricultores nas colônias ou em terras do Estado, que escolherem para sua residência, em

colônias ou terras das províncias, ou de particulares; assim como de se empregarem nas cidades, vilas ou povoações.

## X

Os imigrantes virão espontaneamente, sem compromisso nem contrato algum, e por isso nenhuma reclamação poderão fazer ao Governo, tendo apenas o direito aos favores estabelecidos nas presentes cláusulas, do que ficarão plenamente cientes.

## XI

O Governo designará com precisa antecedência, as Províncias, onde já tem ou vier formar colônias, a fim de que os imigrantes conheçam desde a Europa os pontos onde poderão estabelecer-se.

## XII

O Governo nomeará, nos pontos que tiver de efetuar o desembarque dos imigrantes, agentes intérpretes que aos mesmos forneçam todas as informações de que careçam.

## XIII

Todas as expedições de imigrantes serão acompanhadas de listas, contendo o nome, idade, naturalidade, profissão, estado e religião de cada indivíduo.

## XIV

No transporte dos imigrantes o empresário é obrigado a fazer observar as disposições do Decreto nº 2.168, de 19 de maio de 1858.

## XV

O Governo pagará o empresário a diferença do preço da passagem entre Rio de Janeiro e as Províncias para as quais enviados emigrantes diretamente da Europa, quando estas províncias não estejam em comunicação direta e regular por meio de vapores com a Europa, e o empresário tenha de fazer tocar nos respectivos portos vapores de outras linhas ou por ele fretados.

## XVI

As questões que suscitarem-se entre o Governo e o empresário a respeito de seus direitos e obrigações serão resolvidas por árbitro, nomeará cada uma o seu e estes designarão terceiro, que decidirá definitivamente no caso de empate.

Se houver discordância sobre o árbitro desempata dor, será escolhido à sorte um Conselheiro de Estado, que terá voto decisivo.

## XVII

O empresário ficará sujeito a repartir à sua custa os imigrantes que introduzir fora das condições da cláusula 1ª e que assim o exigiam, cabendo-lhe igualmente alojá-los e sustentá-los até que se dê a repatriação, além de perder o direito de subsídio correspondente a tais imigrantes.

## XVIII

Igualmente não poderá transferir este contrato senão à companhia ou à sociedade que organizar, na forma da cláusula primeira.

Em fê do que se levou o presente contrato, que é assinado pelo Ilmo. Sr. Conselheiro José Fernandes da Costa Pereira Júnior, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, por Joaquim Caetano Pinto Júnior e pelas testemunhas abaixo declaradas. .

Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 30 de junho de 1874.

José Fernandes da Costa Pereira Júnior

Joaquim Caetano Pinto Júnior

Como testemunhas,

Bernardo José de Castro

Augusto Alberto Fernandes

A N E X O 4

## RELATÓRIO .

Agricultura

Outubro, 11, 1876

Ilmo. e Exmo. Sr.

Como tive a honra de participar a V.Exa. em of-  
fício de hontem datado passo a expôr as impressões que re-  
cebi de minha última viagem a Colônia Itajahy-D.Pedro, to-  
mando a liberdade de empenhar previamente algumas conside-  
rações que se prendem a magna questão da imigração es-  
trangeira para a Província de Santa Catharina.

Tres são os núcleos coloniaes de maior importân-  
cia que attrahem para aqui colonização; um o de Joinvil-  
le, e resultado da iniciativa particular, os outros dous  
mantidos exclusivamente pela prestação immediata do Gover-  
no Imperial.

Com o primeiro gasta o Estado tão somente -  
10.000\$000 annuaes empregados na Estrada D. Francisca, com  
vantagem também para os interesses de todas as localida-  
des próximas e para a Província em geral; com os segun-  
dos despendem-se mensalmente sommas consideráveis que ten-  
dem a augmentar sem que os ahi resultem benefícios nem  
presentes, nem talvez futuros, sobretudo com relação, a  
Itajahy - D. Pedro.

Pelo contrato feito com Caetano Pinto a affluên-  
cia de colonos tem sido grande, quasi todos italianos -

lombardos ou tyrolezes e, segundo informações fidedignas, todos os mezes crescendo.

Se essa gente se espalhasse proporcionalmente por diversas colônias em que achasse-se prompta localização, lotes medidos e recursos immediatos, não duvido que o movimento fosse útil e de esperanças para os recém chegados e para o paiz que os acolhia. Infelizmente, porém tal não se dá e ao passo que afluê immigração italiana em geral mã - com tenção formada na Europa de sô se estabelecem em Itajahy, ficão os terrenos medidos e promptos em Blumenau ã espera dos occupantes.

Não hã forças humanas que demovão os italianos e tyrolezes de exigirem a localização na colônia Itajahy e como o contracto pelo qual sayram da sua pátria lhes faculta esse direito de escolha não hã resistir-lhes.

D'onde provem esse, poder de attração da colônia Itajahy - D. Pedro ?

Duas razões da maior importância existem:

1º Porque o elemento germânico, em geral exclusivista, repelle a fusão com outras raças e em Blumenau elle existe vivo com todos os defeitos e virtudes.

2º Pelas insinuações e cartas partidas de Itajahy dos que já lã se achão e dirigidas aos seus patri-cios na Europa, indicando-lhes as regalias especiaes de que gozão os colonos logo ã chegada e que representão o systema mais irregular e anti econômico que se pode imaginar.

Esse systema é filho das pëssimas tradições existentes na administração de Itajahy - D. Pedro culpa porêem que não pode recahir sobre o actual Director o Dr. Olympio Augusto de Souza Pitanga o qual, pelo contrário me falla sempre com franqueza e lealdade e espera ver mu

dado esse estado de cousas tão prejudicial aos cofres públicos quão pernicioso para os interesses da colonização n'este Império.

Chega o colono e é levado para o barracão de recepção na Barra do Itajahy-Mirim e do Guassú, onde fica dois dias à espera de condução quer para a colônia Itajahy-D. Pedro, quer para a de Blumenau.

Consultados sobre o destino que desejão, gritão todos, una voce Itajahy, desconfiados logo que sejão enganados na direção a tomar e levados para Blumenau. Ahi apparecem agentes de negociantes estabelecidos na Itajahy e notadamente de um certo Pietro Beltramini, homem audaz e possuidor já de alguns bens, que aconselhão resistênciã até que todos sigão para o centro onde elles tem suas casas de negócios.

Uma vez em Itajahy o colono recebe de chofre o dinheiro para seu estabelecimento, fartura de casa, derrubadas, sementes e transporte, de modo que se tiver 3 pessoas da família tem de pancada 148\$000, ainda quando vã ficar oito e mais mezes dentro de um barracão de recepção à espera que se localize n'um lote que elle, pelo seu contrato, ainda pode ou não acceitar, conforme for de seu agrado.

Enquanto está no barracão, o Estado lhe dá 2\$000 diários para que elle vã trabalhar em estradas, ficando a família a abanar os braços.

O que se faz de afogadilho em Itajahy, faz-se sucessivamente em Blumenau. Assim o colono sô obtém o dinheiro para fazer casa, quando entra na posse do seu lote, para derrubar quando já tem casa, e para sementes quando tem área para plantar. Demais o trabalho nas estradas é pago à razão de 1\$500 e não de 2\$000 como em Itajahy.

Eis, ao meu ver, assignalada a mais poderosa razão da exclusiva preferencia para esta colônia.

As pēssimas tradições estão por tal modo arraizadas que, como em annos passados levavão de oito dias de viagem para da Barra ir Itajahy (núcleo da colônia), ainda hoje se pagão os oito dias de viagem, embora o trajecto seja presentemente de um dia! e, apenas se quer cortar essa despeza, gritão os immigrants, clamão e dizem que o Governo faltou a promessas sagradas e que lhes tinhão sido solenemente feitas como engodo para deicharem a Pátria.

Uma vez de posse aquelles proletários da Europa de somma que naturalmente lhes parece fabulosa, começão os gastos nos botequins e casas de cerveja, de modo que uma d'estas, a do cidadão Thies, vendeu em cinco dias 16.000 garrafas de cerveja! Sommese esta porção ao que for consumido nos outros centros de negócios e especialmente ao do tal Pietro Beltramini, e terá V.Exa. uma quantidade enorme de litros de cerveja pagos pelo Governo do Brazil aos seus immigrants como saudação de feliz chegada.

Depois, dá-se outro facto que esse pode ser qualificado escandaloso.

Como é sabido, apesar de todas as recommendações, vem sempre homens solteiros e em porção.

Pois bem, esses também recebem todos os subsídios até para sementes e depois retirãp-se com o maior desfarçamento e sem darem satisfacção a ninguem. Na empreza particular dos carros que trabalham na carreira da cidade de Itajahy a colônia a um tyrolez que conseguiu todo o dinheiro a que se julgava com direito e foi, acto contínuo, contractar seus serviços de cocheiro! E estes abusos se repetem com frequência, passando esta gente pelo Desterro para seguirem viagem até Montivideo ou Buenos Aires paga a custa do Brazil, de modo que o Thesouro Nacional ajuda

directamente à colonização dos Estados Platinos.

Apresentaram-se-me muitos colonos, queixando-se todos do pouco dinheiro que recebem. Uns pedião que o Governo mandasse dar 5\$000 (5 florins) por mez às mulheres e crianças enquanto os homens que occupavão das estradas; outros que não tinham mais como fazerem caza e comprar sementes e n'esses casos desculpavão-se com molês tias quando a causa verdadeira era o esbanjamento dos primeiros dias de chegada, outros enfim imploravão a repatriação.

Disse-me o Director que essas reclamações são de todas as horas, de todos os momentos de maneira que consomem o tempo e impossibilitão qualquer methodo do trabalho.

Imagine V.Exa., não hã lotes medidos em Itajahy, ou se os hã, são recusados pelos immigrants e nos barracões existem 3.000 colonos por localizar e esperão-se remessas consideráveis de mais outros n'estes prôximos trez mezes!

D'onde provêm essa abundância de pessoal para emigrar? Da facilidade que encontra Caetano Pinto na Lombardia e Tyrol, para auferindo lucros, mandar para o Brazil uma gente de hábitos poucos activos mas como compensação muito turbulentos e exigentes.

Ainda mais, encontrarãs os que vem da Europa com desejos de prosperar por assiduidade e perseverança na Colônia Itajahy - D. Pedro, os elementos de que carecem?

A meu ver, não.

O valle do Itajahy-Mirim é muito apertado, estreito, accidentado, de modo que para pode ser achar alguns pontos mais próprios para o estabelecimento de colonos se abrirão estradas em todos os sentidos com grande

dispêndio, cortando sempre morrarias para o fim de localizar trinta ou quarenta famílias. Assim há 26 linhas, uma de Porto Franco com 40 Kilometros de desenvolvimento, outra de Alferes com 31, do Salto com 14, de Limeira com 12 e assim por diante. N'essas linhas exepcto nos lugares muito ingrêmes, há casas de colonos localizados, mas em lotes sempre accidentados.

A cultura que avulta é a do milho, e parece viçosa e denunciadora de boa terra mas é inevitável ma maior parte dos casos que essa condição de uberidade facilmente desapareça. O terreno tem muito declive, as águas irão levando o humus que se encontra depois da primeira derrubada e então virã como já vai apparecendo, a samambaia que quando muito, servirã o local de pasto. É o que aconteceu nas ex-colônias de Therezópolis e Santa Izabel, cujos habitantes virão-se no fim de 6 annos, obrigados a se mudar, procurando terras mais férteis, embora muito mais distantes.

Hoje a extensão das estradas serve para uma única cousa: dar trabalho aos immigrants que estão a espera de localização, de modo que se rasgão caminhos de rodagem, quando bastarã no mais das vezes uma simples trilha para passar um homem de pé ou um cargueiro.

Resumindo tudo quanto acabo de dizer, eu tomaria a liberdade de propôr a V.Exa. as seguintes medidas que me parecem de urgente applicação:

1º Ordem para que cesse absoluta e immediata - mente a vinda de colonos pelos menos italianos e tyroleses para a Colônia Itajahy - D. Pedro.

2º Modificação da cláusula que permite escolha de lotes aos immigrants.

3º Creação dos lugares de thezoureiro e paga-

dor nas colônias ou pelos menos na de Itajahy - D. Pedro , lugares que serão preenchidos por empregados da Fazenda.

4º Modificação no modo de entrega dos subsídios dados pelo Governo e fiscalização cuidadosa se são ou não empregados pelos colonos conforme lhes é determinado.

5º Nomeação de um coadjuto cathólico para o padre.

6º Nomeação de um médico ajudante à vista das distâncias já grandes que interpõem entre os diversos barracões e o núcleo da colônica.

A 3ª medida me parece urgente, urgentíssima.

A 5ª foi-me instantemente pedida pelo zeloso sacerdote Gattoni; a 6ª pelo médico Dr. Parigot que, além de bastante velho, tem a seu cargo uma enfermaria bastante frequentada.

Conviria também para que o Governo Imperial atendesse para os immensos terrenos que precedem a colônia e se achão n'ella encravados e que pertencem a particulares. Todas as terras cortadas pelos 38 Kilometros de estradas que há entre a cidade de Itajahy e a colônia e situadas na baixada do valle são de propriedade individual, e os melhores trechos dentro da própria sede em larga zona de um allemão chamado Pedro Werner que por elles exige hoje a somma de 100 contos de réis.

Taes são as informações que julgo de dever apresentar a V.Exa. a quem

Deos Guarde

Alfredo D'Escragnolle Taunay

A N E X O    5  
 =====

Ofício nº 142

-    Ao Ministro d'Agricultura

Em 19 Setembro, 1879.

No incluso requerimento de 431 colonos italianos e tyroleses estabelecidos na Colônia Itajahy e Azambuja d'esta Província, dedicadam<sup>te</sup> informado pelos respectivos Directores, manifestão os peticionários a S.M. o Imperador a vontade que tem de se dedicar ao trabalho da indústria sericícola, e para ter lugar a fundação ou principio d'ella pedem ao mesmo Augusto Senhor dignese mandarlhes fornecer agora 200.000 mudas d'amoreira a fim de serem por elles plantadas, mais tarde ou no tempo devido o gremem do animalculo, que alimentado pelas folhas d'aquella árvore produz o succo setífero, e que em grande quantidade abunda nos principaes mercados europeus.

Transmittindo a V.Exa. o dito requerimento com os offícios que o acompanhão podia eu prescindir de qualquer informação e nem sequer dizer a V.Exa. que acho a pretensão dos Supp<sup>os</sup>. digna de bom acolhimento, visto como dispensão esse trabalho as idéias assentadas, que V. Exa. deve ter a respeito de uma indústria, como a de que se tracta, tão debatida pela imprensa, quão tristemente célebre pelo insuccesso em que entre nós cahiu o seu primeiro ensaio devido a erros de organização e práctica, que ainda hoje são deplorados.

Relevará, porém, V.Exa. que aplaudindo a idéia dos peticionários e considerando-a elemento salvador da colonização italiana, aqui sempre irriquieta e ávida de repatriar-se, ao mesmo tempo, que fonte certa de riqueza

para esta Província, até hoje sem indústria predominante, que lhe garanta o futuro de que é digna, exponha ao menos algumas das considerações, á vista das quaes julgo dever interessar-me pelo deferimento da supplica dos referidos colonos.

Dizem elles, como V.Exa. verá: Por um lado que tendo-se dado em seus paizes aos misteres da indústria em questão, e por isso conhecendo-a perfeitamente, representam um Capital moral, que o Estado deve aproveitar para fazer nascer aqui a mesma indústria em todas as probabilidades de um êxito feliz.

Por outro lado que nenhum obstáculo os impede de cumulativamente cuidarem da cultura dos cerezes, em que ora se empregão, e do precioso vegetal que "lhes recordará sempre á imagem querida da pátria", pois para isso contão com o auxílio de suas famílias e o tempo de lazer a elles próprios deixado pelas actuaes occupaões.

Estas considerações não são a meu ver tão somente próprias para justificar o pedido dos peticionários. Ellas erguem a ponta do véo que cobre o desastre da conhecida tentativa da seropedica nacional e ao mesmo tempo mostrão uma verdade muitas vezes enunciada, mas em que pouco se tem reflectido o quanto é a nostalgia fatal a colonização italiana.

Ver a singela exposição dos peticionários é de uma vez tocar o erro, com que o Brazil se procurou fazer por meio de uma empresa de chofre levantada, sem pessoal habilitado e prático, o que nos paizes, onde existe igual indústria, é resultado do paciente esforço de milhares de indivíduos isolados em sua mor parte mulheres e crianças e reconhecer que, pois o italiano, por um defeito próprio de raça, só se considera bem fóra do seu paiz em lugares onde seus sentimentos actuem como na terra natal, ninguem deve pensar em semelhante colonização sem

proporcionar ao colono alguma coisa que ao menos pelo pensamento lhe permita assistir scena da vida que abandonou, e de que nunca perde a saudade.

Depois creio ainda poder dizer que nem sō para evitar este mal moral deve o Governo condescender com os colonos dando-lhes meios de se entregarem ā indūstria, que attenuarā em seu espīrito a falta do solo patrīcio.

É ainda tōo atrazada a lavoura e portanto exi-  
gua a renda das Colōnias, como provīncia inteira, que nem  
todas as ambiçōes vem se satisfazendo com ella, forçoso ē  
cuidarem os colonos de outra coisa, que assegure novos re  
cursos, e assim lhe alimente a esperançā de maior felici-  
dade, sustentando a energia que deve haver no trabalho, e  
confortando o espīrito contra as variadas vicissitudes da  
sua aventureosa vida. }

Da bondade de V.Exa. espero desculpa por esta  
prolixidade, filha sō do desejo que tenho de ser ūtil ao  
meu paiz e da satisfaçō que sinto por ver acordar em tōo  
bōas condiçōes n'esta provīncia uma das mais bem dotadas  
pela natureza, a idēia de uma indūstria que sendo bem di  
rigida, pōde vir a ser considerāvel fonte de riqueza na-  
cional como ē na Lombardia, em Lyon, na China e outros  
paizes, de que V.Exa. tem perfeitos conhecimentos.

D.G<sup>de</sup>. a V.Exa.

Dr. Antonio de Almeida Oliveira

Com a V. Ex.<sup>ta</sup> de 11 de Junho de 1814.

M.<sup>to</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Com respeito ao officio de V.<sup>za</sup> Ex.<sup>ta</sup> de 11 de Dezembro ultimo, tenho a honra de justificar a V. Ex.<sup>ta</sup> a falta de pagamento das dividas das cedulas francezas e italianas estabelecidas nesta colonia.

Não são incluídos os italianos e francezes nos meses de Novembro e Dezembro, porque de mais se acham estabelecidos nos tab. e em parte ainda tem de receber umos e outros adiantamentos a que tem direito.

Deo. Grande a V.<sup>za</sup> Ex.<sup>ta</sup>

João Baptista de Almeida  
Presidente da Fazenda Real da Bahia

Director da  
Fazenda

Relação  
das dividas dos colonos francezes e italianos  
estabelecidos nesta colonia.

Nomes	Dividas R\$
Jacques Carbonel	45.000
Boaventura Martre	45.000
Jozé Brechet	45.000
Miles Desjardins	45.000
Jean Boissvin	45.000
Felix Durand	45.000
Guillaume Gobel	45.000
Balthasar Troucheu	45.000
Eduard Aubry	45.000
Pedro Dattel	45.000
Alfonso Micholet	45.000
Pedro Coutassot	95.000
Francisco Martin	33.000
Federico Fouque	45.000
Francisco Biscarat	45.000
Gasual Maoli	95.000
João Melsi	45.000
Biagio Trigoni	30.000
Lucrenço Casabeni	33.000
Camillo Motta	107.000
Lilardo Bami	95.000
Felicio Gottile	45.000
Jozé Felicelli	95.000
Veri Murinelli	30.000

Nomes	Dividas R\$
Vicente Salgastegui	39,000
Jose Fortunelli	113,000
Bernardo Casagrande	39,000
Luiz Calcurana	113,000
Edmundo Palmari	95,000
João Galusso	77,000
Rauldo Montebello	119,000
Vicente Pastari	95,000
João Montebello	95,000
João Nogueira	77,000
João Forlani	77,000
Antonio Louzi	77,000
Luiz Marcondes	77,000
João Bubarel	77,000
Bernardo Sabre	77,000
João Demarche	39,000
Bernardo Boixa	77,000
Augusto Spinelli	77,000
João Foidot	77,000
Antonio Diico	77,000
Antonio Demarche	33,000
João Scamante	77,000
João Mucci	77,000
João Giacolini	77,000
Luiz Villa	77,000
Antonio Bearetti	77,000
Pedro Mazoli	77,000
Pedro Paula	77,000
Pedro Caboca	77,000
João Montal	77,000

Nomes.	Dívidas R\$.
Nicoláo Henrieta	71.000
Pedro Monostérol	71.000
Fernando Deluca	71.000
Franzisco Lombardi	71.000
Pasqual Casarini	71.000
Euclio Curmassi	71.000
Fredri Santucci	71.000
Jozi Paulo	71.000
Mathias Philippe	71.000
Armando Goyes	71.000
Birgineo Fusitini	71.000
Jozi Belome	71.000
Luiz Burlacini	71.000
Pedro Bernardi	71.000
Fructuoso Bissi	71.000
Luiz Luiz	71.000
Antonio Caputano	71.000
João Ricardo	71.000
Luiz R.	71.000
Ambrosio Polerani	71.000
Emilio Munsoni	71.000
* Frederico Markeshi	71.000
Jozi de Gracia	71.000
Eduardo Malfatti	71.000
Rudolph Cortesani	71.000
Arnaldo Pichoi	71.000
Alfonso G. ...	71.000
Henrique ...	71.000
Adolfo ...	71.000
	105.000

Nomes.	Quantidade
Luiz Soarezano	41.000
Pedro Calarrie	41.000
Jozé Jé	41.000
Jacob Gerynini	41.000
Baptista Periolio	41.000
Jozé Giustareli	41.000
Arthur Perry	41.000
Jozé Ferrand	41.000
João Rogier	41.000
Modeste Deporter	41.000
Victor Fungier	33.000
Francisco Fosset	47.000
João Larrie	41.000
Jozé Demanche	33.000
João Delpetri	41.000
Jozé Joaquim	41.000
Maximiliano Cadia	41.000
Antonio Lorois	41.000
João Jaffaux	41.000
Ferdinand Vivier	41.000
Augusto Roux	41.000
Marco Luma	41.000
João Baptista Delcroix	41.000
Eugenio A. Vincent	33.000
Casimir Girard	41.000
Jozé Floret	34.000
Albert Rousseau	33.000
Edmond Rousseau	41.000
Pedro Ben...	41.000

Nomes.	Dividas R\$.	
Antonio Mayers	47.	000
Alexandre Romoaldo	39.	000
Jose Capassa	101.	000
Antonio Malbert	41.	000
Alexandre Malbert	41.	000
Joaquim Chague	41.	000
João Bertet	41.	000
Pedro Costa	41.	000
Vicente Mazzalo	41.	000
Vicente Trilhão	41.	000
João Calamusi	41.	000
João Lanches	41.	000
João Tichino	41.	000
Antonio Risi	41.	000
Joaquim Ludrari	41.	000
Luís Felício	41.	000
Theodoro Chaneto	41.	000
Luís Brito	41.	000
Jose Langueiro	36.	000
Vieira Rossi	36.	000
Francisco Serra	36.	000
João Monosterolo	36.	000
Constantino Capassa	36.	000
Francisco Christian	47.	000
Antonio Baruffi	39.	000
Albano Calamanti	39.	000
Jose Sasi	41.	000
Joaquim Américo	41.	000
Augusto Sanzi	41.	000
	41.	000

Nome	Dividas R\$
Juques Aguil	71.000
Antônio Costa	33.000
Edmond Smet	71.000
Jose Pe	71.000
Ulemante Ferrari	39.000
Augusto Martin	39.000
Henrique Nogueira	71.000
Gilbert Collin	33.000
Jose Manoel Vasques	43.000
Jose Touchaux	39.000
Lucy Michel	71.000

A. D. Nesta relação não foram incluídas as dividas por conta antes do porço dos lotes, cuja area não se pode calcular por falta de medição dos fundos.

Colônia Irajuba, 3 de Janeiro 1876.

O Director int.

Mauro Borowski

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS1. FONTES PRIMÁRIASa) Manuscritas

- a.1 - Livro de Correspondência enviada ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, anos de 1874, 1875, 1876, 1877, 1878 e 1879-1.
- a.2 - Livro dos Engenheiros - 1876, 1877, 1878, 1879 e 1880.
- a.3 - Livro da Inspetoria de Terras - 1874 a 1888.
- a.4 - Livro de Correspondência com as Colônias - 1874 a 1882.
- a.5 - Relatórios, Cartas, Ofícios, Petições e Comunicados do Diretor da Colônia Brusque, de 1860 a 1880.

b) Impressas

- b.1 - Falla do Dr. João Thomé da Silva à Assembléia Legislativa - 21 de março de 1875.
- b.2 - Falla de João Capistrano Bandeira de Mello Filho a Assembléia Legislativa - 19 de março de 1878.
- b.3 - Falla do Dr. José Bento de Araujo à Assembléia Legislativa - 06 de março de 1877.
- b.4 - Relatório do Exmo. Dr. Joaquim da Silva Ramalho ao passar a administração da Província ao Dr. Lourenço Cavalcanti de Albuquerque - 11 de dezembro de 1878.
- b.5 - Exposição do Dr. Joaquim Augusto do Livramento ao passar a administração provincial a Ernesto

Francisco de Lima Santos - 30 de junho de 1882.

- b.6 - Relatório de Manoel Pinto de Lemos ao passar a administração da Província ao Dr. Antonio de Almeida Oliveira - 10 de março de 1880.

c) Entrevistas Orais (Técnica de História Oral)

- c.1 - CESTARI, Luis - entrevista concedida a Roselys C. dos Santos, em 25-01-79 - Depositada no Departamento de História Oral da UFSC, sob o Registro nº P.E. 10/N:0213
- c.2 - MERICO, Alexandre - entrevista concedida a Roselys C. dos Santos, em 15-11-78 - Depositada no Departamento de História Oral da UFSC, sob o Registro nº P.G. (01) N.0023
- c.3 - PEDRINI, Dionísio - entrevista concedida a Roselys C. dos Santos, em 25-01-79 - Depositada no Departamento de História Oral da UFSC, sob o Registro nº P.E. 10/N:0212

2. FONTES SECUNDÁRIAS

ABREU, Adilson Avansi. A colonização ítalo-germânica do Espírito Santo e seus problemas. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, (4): 85-101, out./1967.

BOITEUX, Lucas Alexandre. Primeira página da colonização italiana. Florianópolis, IBGE, 1939. 65 p.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Brusque: subsídios para a história de uma colônia nos tempos do Império. Brusque, Edição da Sociedade Amigos de Brusque, 1958.

- CÂMARA, Lourival. Estrangeiros em Santa Catarina. Florianópolis, IBGE, 1940. 48 p.
- CARNEIRO, Fernando. História da imigração no Brasil; uma interpretação. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, IBGE, 2 (8): 147-67, out./1978.
- GARNIER, Jacqueline Beauzen. Geografia da população. São Paulo, Ed. Nacional, USP, 1971.
- LAGO, Paulo Fernando. Brusque; aspectos geográficos das paisagens rurais. In: SOCIEDADE AMIGOS DE BRUSQUE. Álbum do Centenário de Brusque, Brusque, 1960. p. 317-78.
- LAGO, Paulo Fernando. Santa Catarina; a terra, o homem, a economia. Florianópolis, s.ed., 1968. 378p.
- LEDRA, Vitório. Cancioneiro do imigrante italiano. - Brusque, Ed. Mendes, 1974.
- LENARD, Andrieta. Lealdade de Linguística em Rodeio. Tese de Mestrado, UFSC. Florianópolis, 1976.
- MAMIGONIAN, Armen. Brusque; estudo de geografia urbana e econômica. In: SOCIEDADE AMIGOS DE BRUSQUE. Álbum do Centenário de Brusque. Brusque, 1960 - p. 379-96.
- MATTOS, Jacinto Antonio. Colonização do Estado de Santa Catarina; dados históricos e estatísticos (1640-1916). Florianópolis, Typ. O'0 Dia, 1917. 241 p.
- PIAZZA, Walter Fernando. Aspectos folclóricos catarinenses: Florianópolis, Comissão Catarinense de Folclore, 1953. p. 117-8.
- PIAZZA, Walter Fernando. Colonização Italiana em Santa Catarina. Florianópolis.

- PIAZZA, Walter Fernando. Folclore de Brusque. Brusque, Edição da Sociedade Amigos de Brusque, 1960. 255 p.
- PIAZZA, Walter Fernando. Nova Trento. Florianópolis, s.ed., 1950. 186 p.
- ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Ed. Globo, 1969.
- ROCHE, Jean. A colonização alemã no Espírito Santo. São Paulo, Difel, s.ed.
- SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim. Porto Alegre, Ed. Movimento, 1974. 159p.
- VALVERDE, Orlando. A velha imigração italiana e sua influência na agricultura e na economia do Brasil. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, IBGE, 2 (8) : 147-67, out./1978.
- WAIBEL, Léo. Capítulos de geografia tropical e do Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1958.